

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 14 DE JANEIRO DE 2009

NÚMERO 5.984

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Silvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dado Cherem
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Renato Hinnig
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
Marcos Vieira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
Serafim Venzon
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Dado Cherem
Professora Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Dado Cherem
Professora Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Jean Kuhlmann - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Professora Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1984
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

ÍNDICE**Publicações Diversas**

Audiência Pública.....	2
Extratos	14
Projetos de Lei.....	15
Projeto de Lei Complementar
.....	15
Proposta de Emenda.....	16

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO PARA DISCUTIR SOBRE O FUTURO E AS PERSPECTIVAS DO SISTEMA ACAFE, REALIZADA NO DIA 05 DE NOVEMBRO DE 2008, ÀS 15H, NO MUNICÍPIO DE LAGES

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Em nome da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, desejamos boas-vindas a todos a esta audiência pública que vai debater o futuro das instituições comunitárias do Estado de Santa Catarina.

Convidamos para compor a mesa o deputado estadual Elizeu Mattos, representante da região serrana; o deputado estadual Edison Andrino, que já manifestou ontem da tribuna a sua preocupação com as universidades comunitárias e com a Uniplac; o reitor da Uniplac, professor Gilberto Borges de Sá; a senhora Sirlei Rodrigues, secretária municipal de Educação, representando o prefeito de Lages, senhor Renato Nunes de Oliveira; a senhora Edir Seemund, representando a senhora Mariléia Gastald Lopes, diretora de Educação Superior da Secretaria de Estado da Educação; o senhor Silvio Dagoberto Orsatto, juiz da Fazenda Pública de Lages; o senhor João Pedro Schmidt, pró-reitor de Planejamento da Universidade de Santa Cruz do Sul, que vai falar de uma das propostas em nome da Acafe e do Comung; a senhora Clarissa Peixoto, presidente da União Catarinense dos Estudantes, representando os estudantes; o senhor Paulo Ivo Koehntopp; e o vereador Arnaldo Moraes, presidente da Câmara de Vereadores de Lages. (Palmas.)

Gostaria de convidar para compor a mesa mais algumas representações. Estão presentes aqui duas representações das entidades de professores, a Associação dos Professores e o Sindicato dos Professores; vários reitores, além do Gilberto, da Uniplac; e uma representação da Acafe - gostaria de saber se um dos reitores presentes a representaria ou se esperamos o próprio reitor, que estava reunido em Joaçaba com a sua equipe. (Pausa.)

Vão participar da mesa as duas representações, a Sônia, representando o Sindicato dos Professores da Região de Lages, e o Geraldo Barbosa, representando a Associação dos Professores.

Quero registrar a presença da senhora Maria de Lourdes Busnardo Tridapalli, reitora do Centro Universitário de Brusque (Unifebe); da senhora Pedra Santana Alves, reitora da Unerj; do senhor Werner José Bertoldi, reitor da UnC; do senhor Ângelo Roberto Spiller, presidente da OAB/subseção Lages; do senhor Darcy Laske, secretário executivo do Sistema Acafe; e do senhor Antônio Milioli, reitor da Unesc.

O objetivo desta audiência pública é discutir o futuro das instituições comunitárias que construíram uma história que se mistura com a história de cada região onde foram construídas - poderíamos falar aqui da Uniplac, que se mistura com a história de Lages e região; poderíamos falar de Brusque, de Criciúma, de Caçador, de Joaçaba, de Joinville e assim por diante.

Se a Assembléia Legislativa se desloca para Lages para discutir o futuro das instituições comunitárias é porque ela tem uma obrigação ética e moral de participar desse debate e discutir qual é o melhor futuro não só para a Uniplac, mas para o conjunto dessas instituições. Se for possível, unificar numa única solução a médio e longo prazo para essas instituições que tanto contribuíram para o desenvolvimento de cada região - há vinte anos sou professor de uma dessas universidades comunitárias, a Unoesc, e fui pró-reitor de pesquisa e extensão de pós-graduação do *campus* Chapecó, hoje Unochapecó.

Viver experiências concretas, cada uma tem a sua realidade. Hoje, mais do que discutir o futuro da Uniplac, que tem uma realidade específica, também queremos discutir o futuro do conjunto dessas instituições. A médio e longo prazo, qual é a melhor solução? É transformá-la numa pessoa jurídica clara do ponto de vista de um novo marco regulatório nacional, com uma nova legislação nacional, deixando claro que devem se configurar como instituições públicas comunitárias não estatais? É esse o caminho para essas instituições comunitárias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que somente estão lá compostas juridicamente nas disposições transitórias da Constituição Federal?

Outro caminho é estatizá-las, municipalizá-las, estadualizá-las ou federalizá-las, como o movimento que já aconteceu na UnC, que discuti com o governo do Estado para estadualizar, ou como aconteceu com a Furb, que teve vários movimentos no sentido de federalizar, ou discutir a municipalização, como tem experiências diferentes no momento mais contemporâneo, que instituiu a universidade municipal, como a cidade de São José.

No debate da Uniplac, essa agenda está colocada, na medida em que se está manifestando aqui uma possível experiência no sentido de transformá-la também de natureza de direito privado para direito público.

Qual é o futuro dessas instituições?

Só para motivar o debate, é preciso é pensar a participação dos governos, particularmente do governo federal e do governo estadual neste momento histórico, em que temos Constituição Estadual já votada, sancionada, o artigo 170 - hoje são parcialmente destinados para as universidades os recursos do artigo 170, que não perfaz os 100%, é um percentual em torno de 60%, um pouco mais, um pouco menos. É integralizar esses recursos para ampliar bolsa aos estudantes para diminuir a inadimplência; é colocar em prática o artigo 171 da Constituição Estadual, sancionado agora em 25 de janeiro de 2008, que permite já para 2008, se for cumprida a legislação estadual, R\$ 40 a R\$ 50 milhões, dos incentivos fiscais concedidos às empresas privadas, sendo que 2% iriam para o ensino superior.

Esse também é um caminho? Qual é o futuro das instituições comunitárias?

Sejam bem-vindos!

Inicialmente, vamos passar a palavra ao professor Gilberto, reitor da Uniplac.

O SR. GILBERTO BORGES DE SÁ - Boa-tarde a todas e a todos, professores, pesquisadores que vêm dos mais variados lugares de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul; deputado Pedro Uczai; deputado Elizeu, representando a região; demais deputados; demais membros da mesa; representantes do Sindicato e da Associação de Professores; representante dos estudantes; e Paulo Ivo, presidente do Sistema Acafe.

Na verdade, gostaria de dar as boas-vindas e dizer ao Pedro e à Assembléia Legislativa da importância que é para Santa Catarina um debate acerca dos desafios e perspectivas de todo o Sistema Acafe, daquelas universidades que na verdade foram criadas pelo Poder Público - foi o pai ou a mãe que criou e num dado momento abandonou.

Nós queremos, sim, definir o nosso posicionamento, a nossa natureza jurídica e, mais do que isso, queremos dizer para toda a comunidade catarinense, aqui representada pela Assembléia Legislativa, o quanto as universidades comunitárias do Sistema Acafe têm contribuído para o desenvolvimento da região. Se há uma razão do desenvolvimento e do IDH de Santa Catarina, devemos, sim, atribuir ao Sistema Acafe, não é, Paulo Ivo, que levou educação, pesquisa e extensão para mais de cem cidades. Então, é um sistema forte, é um sistema que tem provado eficiência, é um sistema que tem contribuído para o desenvolvimento. Entretanto, os tempos são outros. O modelo de gestão que nós, do Sistema Acafe, assumimos foi um, mas agora precisamos repensá-lo.

Penso que este é um fórum privilegiado, e agora, é claro, é claro, é irmanado com os nossos companheiros das universidades do Rio Grande do Sul, que agora têm experiências bem próximas à nossa. Entretanto, é importante dizer que essa experiência de comunitárias é uma experiência do Sul do País, é do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Lá em Brasília nós somos um corpo estranho (não é, reitores?) quando levamos os nossos projetos. Só que nós queremos o nosso espaço, e não há espaço sem conquista e sem organização.

Por isso, quero cumprimentar a assembléia Legislativa pela iniciativa e desejar a todos que sejam bem-vindos a esta universidade - Lages, geograficamente, facilita a aproximação. Sejam bem-vindos!

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Vamos passar agora a palavra aos deputados, para a sua manifestação inicial.

Com a palavra o deputado Elizeu Mattos, representante da região serrana.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL ELIZEU MATTOS (SC) -

Quero saudar o deputado Pedro Uczai, o deputado Edison Andriano, o nosso reitor Gilberto, os professores, a representante da Secretaria de Estado da Educação, a representante do prefeito, o presidente da Câmara, o doutor Silvio, que é um lutador nessa questão, o presidente da Acafe e os demais presentes.

Na verdade, se tivéssemos a solução dos problemas não estaríamos aqui, os três deputados. Se existe problema, não é da Uniplac, não é só de uma instituição. Estamos aqui porque algum problema existe, mas estamos aqui para tentar achar o caminho, e achar o caminho não significa achar o culpado do passado, mas tentar ver o futuro - não sou professor de nenhuma universidade, mas foi aqui na Uniplac que comecei a estudar.

Todas as universidades comunitárias estão acima de um dono. Elas não têm um dono. A universidade do Sistema Acafe (falo da nossa Uniplac) é um patrimônio. Ela é do reitor? Não! É do município? Não! Ela é um patrimônio do povo serrano, do povo lageano, ela representa tudo para nós que nascemos aqui, passamos por aqui. Portanto, ela se torna um patrimônio. Por isso estamos discutindo o sistema, e isso acontece também em Criciúma, em Blumenau, em Chapecó.

Nós estamos aqui hoje para discutir esse patrimônio do povo, e quando é um patrimônio do povo, tem que ser claro, tem que ser público. Esse caráter tem que ser definido: se é público ou privado. Se é patrimônio do povo, é público! É esse reconhecimento que está faltando em Brasília, esse reconhecimento do público ou privado, porque para nós as universidades comunitárias são públicas.

Nós, deputados, estamos aqui para, junto com vocês, construir um caminho para esse patrimônio, a nossa Uniplac. Temos que construir juntos, sem olhar culpados, não olhando para o retrovisor, mas olhando o pára-brisa, olhando para a frente.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Gostaria de registrar a presença e convidar para fazer parte da mesa o deputado Professor Grando, que tem participado desse debate do ensino superior em Santa Catarina.

Com a palavra o deputado Edison Andriano.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL EDISON ANDRINO (SC) -

Gostaria de cumprimentar o deputado Pedro Uczai, que coordena os trabalhos desta audiência pública da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa; o interventor, o vereador Arnaldo, presidente da Câmara; o reitor Gilberto; os demais componentes da mesa; os professores; os alunos; todos que participam desta audiência para buscar uma solução emergencial para a Uniplac.

Todos nós sabemos das dificuldades que passam as universidades do Sistema Acafe, mas peço que esta reunião seja bem objetiva. Claro que as coisas estão vinculadas, mas que discutíssemos aqui uma saída especificamente para o caso da Uniplac, em função de ser uma situação emergencial e precisamos buscar urgentemente uma solução.

Não sou da região serrana, sou da Lagoa da Conceição, mas me envolvo há muito tempo com essa questão do ensino público e gratuito. Fui deputado federal quatro vezes e tive a oportunidade de vir à Uniplac, convidado pela professora Maria de Fátima, para que incluíssemos a questão do Aquífero Guarani no cenário nacional.

Pela primeira vez o Congresso Nacional, o Fórum de Santa Catarina, o mesmo Fórum que trouxe recentemente aqui em Lages a senadora Ideli, colocou uma emenda coletiva, das dez emendas prioritárias de Santa Catarina, para o Aquífero Guarani. Sabem por que aconteceu isso? Por causa unicamente da Uniplac, que estava muito avançada em termos de pesquisa no que diz respeito ao Aquífero Guarani.

Por esse motivo, acabei me envolvendo com a Uniplac. Ficamos surpresos, eu particularmente, quando tomamos conhecimento da situação financeira que passava a Uniplac. E aí, claro, acabei participando de algumas reuniões nos bancos em que a Uniplac deve - Banco do Brasil, Badesc, BRDE - e de algumas reuniões com os professores da Uniplac, que buscavam uma solução emergencial para ela.

Ontem, quando tive a oportunidade de me manifestar na Assembléia Legislativa, lembrei que os governos brasileiros - e quero aqui falar do governo do Estado, do governo federal e da prefeitura, que já tomou uma posição positiva no sentido de intervir na Uniplac...

Precisamos também da vontade política dos governos. Quem não lembra o Proer, do Fernando Henrique Cardoso, para socorrer o sistema financeiro nacional, os bancos? Recentemente o governo federal também, em função dessa crise internacional e nacional, interveio colocando dinheiro no sistema financeiro nacional e agora três bilhões na Caixa Econômica Federal para socorrer a construção civil brasileira. É importante isso? Deve ser! Não acredito que o presidente Lula não fizesse isso pelo momento importante que a gente vive. Ele foi um dos poucos presidentes que se sensibilizaram para ampliar a nossa Universidade Federal de Santa Catarina, que era uma luta antiga. Depois de quarenta anos vamos ter agora uma universidade em Joinville e, se não me engano, em Curitiba.

Mas eu acho que nós temos agora, a classe política, que sensibilizar... Pedimos uma audiência com o secretário da Educação do Estado (está aqui presente a sua representação) para buscar uma saída emergencial para a Uniplac, só depois vamos discutir o seu futuro. (Palmas.) Todos nós sabemos que a Uniplac não pode continuar como está, tem que passar por um processo de uma gestão diferenciada, um choque de gestão, mas os professores já estão há três meses sem receber salário.

Eu acho que esta reunião visa, acima de tudo, pela importância... Não vou falar aqui da importância da Uniplac para a região, que vocês sabem melhor do que eu, pelo trabalho social que ela presta às pessoas mais carentes desta cidade e da região serrana, mas nós temos, deputado Elizeu, representando aqui o governo do Estado, assim como eu, o deputado Professor Grandó, que é da base de apoio, a representante do secretário Paulo Bauer... Nós precisamos agora, imediatamente, tentar uma solução. E quando se tem vontade política, busca-se uma solução - se conseguimos colocar uma emenda coletiva para o Aquífero Guarani, foi por causa da importância da Uniplac.

Eu soube hoje que a senadora Ideli já assumiu aqui o compromisso - e depende do apoio dos outros deputados e dos outros senadores de Santa Catarina - de termos para o ano vem uma emenda coletiva da Bancada de Santa Catarina para socorrer a Uniplac. É possível? Isso é possível! Eu fui deputado quatorze anos. É um momento de socorrermos a Universidade e, também, buscarmos uma solução coletiva para todas as universidades do Sistema Acafe que passam por momentos de dificuldade.

Era isso que eu gostaria de colocar.

Contem conosco na Assembléia Legislativa para a busca da solução.

Quando cheguei aqui, li num jornal de Lages uma matéria sobre a audiência pública que vamos ter aqui para discutir o Código Ambiental. Dizia que tem solução, porque é importante preservar as áreas ambientais, os agricultores, os que investem na área da agricultura, mas que nesta reunião aqui ninguém botava fé, que para esta reunião o importante era trazer uma mala de dinheiro e não os "malas" que viriam aqui e não trariam nenhuma solução. Lendo a matéria desse colunista aqui de Lages (ri) até achei uma certa graça, mas ninguém tem o milagre da solução, como disse o Elizeu. Agora, nós precisamos, todos, sensibilizar o governo federal e o governo do Estado para que haja vontade política no sentido de buscar a solução - é bem verdade que é paliativa, mas emergencial, para resolver o problema da Uniplac imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - O doutor Silvio Dagoberto, na condição de juiz, teve que se retirar, mas deixou um abraço e desejou sucesso a esta audiência.

Eu quero fazer um registro de justiça: quando eu e o deputado Elizeu participamos de uma reunião interna aqui há poucas semanas, foi sugestão do juiz Silvio que fizéssemos esta audiência não na Capital ou em outra cidade, mas aqui em Lages.

Com a palavra o deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PROFESSOR GRANDÓ (SC) - O nosso boa-tarde com muita saúde e felicidade a todos.

Como membro da Comissão de Educação, quero comunicar por que cheguei um pouco atrasado a esta audiência: estávamos reunidos desde às 10h com o Ministério Público Estadual e Federal para tratar da questão do Código Ambiental e do processo que a Comissão do Meio Ambiente, da qual também faço parte, juntamente com outras Comissões, vai desencadear no Estado. Era importante ouvir a manifestação do Ministério.

O nosso objetivo de estar aqui, como conhecedor da realidade como professor há 36 anos... Uma realidade colocada claramente é o diagnóstico... É como um paciente quando chega a um hospital: a primeira coisa que o médico faz é estabilizar a sua pressão, ver quais são os remédios de emergência necessários e só depois trata da doença em si, como deve ser feito, após análises, exames, processos para que realmente possa ter a cura definitiva.

Então, o processo que temos aqui é o processo emergencial, que é a questão de os professores terem pelo menos condições de receber o seu salário para poder harmonizar e começar todo um processo.

Obviamente que um parlamentar em nível federal... E a questão é opção. Hoje vocês estão vendo uma crise financeira em que os prejuízos estão sendo socializados. Há intervenções, seja em nível federal ou mundial, setores da construção civil colocando os bancos à disposição, e todos setores importantes. Agora mesmo a gente também ouviu que o governo federal colocando a disponibilidade de recursos para as montadoras de carro, porque reduziram as vendas em 2%, e há um montante muito grande para poder manter o processo. É assim que as demandas vão se manifestar. Vão ter que ver neste momento o que pode (os recursos públicos) e de que forma melhor ajudar, e a educação tem que estar entre eles. Enfatizamos ser este setor tão prioritário quanto manter a construção civil, manter as montadoras.

A forma como se desenvolveu o Estado é graças às fundações, ou seja, de forma regional e discutindo as potencialidades de cada região. Graças ao desempenho do Sistema Acafe foi possível formar profissionais que fizeram com que as potencialidades daquelas regiões pudessem ser processadas, aproveitadas as características regionais, e de forma equilibrada isso ocorreu.

Por que isso ocorreu? Porque o ensino federal, até bem pouco tempo, era escasso, só tínhamos a Universidade Federal lá em Florianópolis. Não tinha mais nada! Depois tivemos a Udesc, mas o que manteve este Estado em todo esse processo durante todos esses anos foi essa idéia, essa forma, que não deixa de ser uma descentralização.

Então, isso merece um estudo, uma análise. Coloco de forma muito clara que no primeiro momento é a questão emergencial, depois merece um estudo, uma análise pela forma como se colocou, porque tem outras fundações que já manifestam querer federalizar, já há um processo de federalização da criação de novas universidades.

Eu sempre disse que o estudante tem que se matricular na escola pública mais perto de casa. Fizemos um decreto quando fomos prefeito da Capital e isso funciona, porque o triste era os estudantes do Morro da Mariquinha não conseguirem vaga no Instituto Estadual de Educação e o cara que vinha de Biguaçu ou de São José conseguir.

Quando digo que é coisa pública, não importa que seja municipal, estadual ou federal. Tudo é público. Então, a mais perto de casa tem realmente que satisfazer. Temos que ter essa visão da questão comunitária, da questão municipal, da questão estadual, da questão federal e trabalhar de forma harmonizada. Aí vamos ver que há recurso, sim, dentro do montante que tanto se fala, e quanto é importante a educação.

O nosso posicionamento é vir aqui mais para ouvir, tendo clara essa emergência do atendimento, porque tem família, tem todos os afazeres e até para ter um bom clima, Tenho certeza de que vamos encontrar a solução, pela potencialidade e pela forma de integrar. Quem se manteve até agora poderá se manter muito mais com trabalho e seriedade.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Muito obrigado, Grando.

Quero registrar a presença do senhor Nazareno Wolff, procurador da República; do senhor João Irineu de Melo Küster, coordenador do curso de Administração da Uniplac; da senhora Suzana Franco, da UnC de Caçador; da senhora Carmem Paim Socas, coordenadora do curso de Tecnologia em Ciências Equinas da Uniplac; da senhora Marilane Maria Wolff Paim, chefe do Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes da Uniplac; de Eduardo Gasparetto, presidente do Diretório Central dos Estudantes da Unochapecó; de Edenilson Petter, tesoureiro da União Catarinense dos Estudantes; do senhor Eliandro Gustavo Bortoluzzi, diretor de Gestão, Planejamento e Finanças da Unoesc de Joaçaba; da senhora Ana Maria Netto Machado, da Uniplac; do senhor Carlos Eduardo de Liz, gestor da Midilages da Uniplac; da senhora Anelise Viapiana Masiero, gestora de pesquisa da Uniplac; do senhor Cesar Muniz, gestor de pós-graduação da Uniplac; da senhora Terezinha Soares, coordenadora do curso de extensão Atualização Permanente para a Maior Idade, da Uniplac; do senhor Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira, secretário do Comitê Pró-Federalização da Furb; do senhor Cláudio Zacoski, vice-reitor de Pesquisa, Extensão e Pró-Graduação da Unochapecó, representando o reitor Odilon Polli; do senhor Luiz Gonzaga de Lima, coordenador de Relações Internacionais da Unoesc de Joaçaba; da representação da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Lages; de Nacir Marchesini, assessor parlamentar, representado o deputado federal Cláudio Vignatti; de Mateus Cruz Fontanella, secretário do Diretório Central dos Estudantes da Uniplac, representando o presidente Roberto Felipe Mendes; da senhora Elaine Binotto, coordenadora do Mestrado em Administração da Uniplac; da senhora Ana Maria Seixas Broering, coordenadora do curso de Secretariado Executivo Bilingüe; da senhora Kátia Marlova Pessoa, coordenadora do curso de Letras da Uniplac; da senhora Aline Lampert Rocha Pagliosa, coordenadora do curso de Direito da Uniplac; da senhora Zeni Calbusch Teixeira, coordenadora do curso de Pedagogia da Uniplac; da senhora Sônia Regina de Souza Fernandes, coordenadora do Mestrado em Educação da Uniplac; do senhor Ludimar Pegoraro, representando o senhor Carlos Magno da Silva Bernardo, presidente do Sinproesc; e do senhor Valter Manfroi, secretário de Finanças de Lages.

A minha sugestão é ouvirmos agora o pró-reitor da Unesc, que, juntamente com o Comung, do Rio Grande do Sul, e da Acafe, de Santa Catarina, construiu uma proposta para discutir o futuro dos sistemas das instituições comunitárias. Depois, passaremos às manifestações dos membros da mesa e da plenária.

Pode ser assim? (*Pausa.*)

Então, com a palavra o senhor João Pedro Schmidt, pró-reitor de Planejamento da Universidade de Santa Cruz do Sul.

O SR. JOÃO PEDRO SCHMIDT - Boa-tarde a todos.

Gostaria de cumprimentar o deputado Pedro Uczai; o reitor da Casa, o professor Gilberto; e as demais autoridades já nominadas.

Agradeço a oportunidade de poder conversar com vocês.

A problemática da Uniplac, a problemática das instituições da Acafe é também a problemática das universidades do Rio Grande do Sul, não só das universidades comunitárias, mas das instituições comunitárias de um modo geral - devemos incluir as escolas, os hospitais e outras instituições comunitárias que são fortes no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina mais do que em outras regiões, mas há experiências comunitárias nas diversas regiões do País. O que está acontecendo é que essas instituições são fortes em muitos aspectos. Elas são fortes em participação, são fortes em enraizamento nas regiões, são fortes em transparência, em democracia, mas acho que não são as melhores em termos de competição mercadológica. Quando se trata de competir por preço, quando se trata das artimanhas e espertezas do mercado, provavelmente as nossas instituições têm debilidades que não sei se vamos conseguir resolver em curto prazo, e talvez nem devamos. Acho que as nossas instituições não são instituições de mercado como tal, por isso devem merecer do Estado outro tratamento.

A nosso ver, nas discussões que temos feitos entre as comunitárias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, elas devem começar a ser tratadas pelos governos da União, dos Estados e dos Municípios como entes públicos não estatais. Ou seja, precisamos ampliar o conceito de público para além da esfera do Estado e incluir instituições comunitárias, não qualquer instituição que se diga comunitária, mas o comunitário regrado em lei.

Estamos apresentando ao Ministério da Justiça a proposta de um projeto de lei. Finalmente, nos próximos dias, deve vir o parecer sobre a nossa proposta para ver se no ano que vem conseguiremos ingressar com esse projeto de lei, seja pelo governo, seja por parlamentares identificados com a causa, para termos uma lei das instituições comunitárias, em que qualquer instituição que quiser se inscrever deve preencher certos requisitos. Por exemplo: no nosso projeto estamos propondo que nas instituições comunitárias o patrimônio deve pertencer a entidades da sociedade civil e/ou órgãos do Poder Público, não deve ter fins lucrativos, não deve distribuir qualquer parcela do seu patrimônio ou renda para alguém aplicar integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais, transparência administrativa, previsão no estatuto de gestão democrática e participativa e destinação do patrimônio em caso de extinção de uma instituição pública ou de uma congênera comunitária. Não é assim: eu sou comunitária e agora quero ser tratada pelo governo com benefícios. Não, é uma lei rigorosa que vai ter o acompanhamento do Poder Público. Mas essas instituições, uma vez qualificadas como comunitárias, poderiam passar a receber regularmente recursos públicos, de maneira que aqui em Lages ou em qualquer lugar que tenha uma instituição comunitária ela pudesse oferecer gratuitamente ou de forma muito barata cursos de educação superior ou manter serviços hospitalares ou mesmo ensino básico subsidiado pelo Estado brasileiro.

Nós não queremos a federalização, a estadualização ou a municipalização, nós queremos continuar comunitários, agora, preenchendo os requisitos legais estabelecidos em lei, sendo acompanhados, fiscalizados nós mantemos a nossa autonomia, provavelmente vamos ter custos mais baratos que uma instituição federal, por exemplo - os dados a esse respeito são bastante interessantes a favor das comunitárias -, e junto com um custo mais acessível, democracia, entrosamento com a comunidade, enfim, aqueles requisitos que fazem a riqueza dessas nossas instituições.

Qual é a chance de o nosso projeto de lei emplacar? A essa altura é cedo para dizer. Ele foi proposto pela Acafe, nós estávamos junto na audiência com o ministro Tarso Genro e com o ministro Fernando Haddad nos dias 8 e 9 de julho e desde então está sendo estudado, a gente não sabe as reações na hora em que entrar no Congresso.

Quem são os adversários num projeto como esse? Os que só acreditam no estatal. Tem deputados que representam esse viés estatista, e vão estar lá no voto no Congresso; tem aqueles que acreditam mais na iniciativa privada pura, como tal, os privatistas, que também não vão ser aliados desse projeto; e tem uma gama grande de deputados e senadores que não têm uma discussão sobre o comunitário. Esses nós precisamos conquistar.

Uma estratégia adicional à própria tramitação do projeto é o lançamento de um livro que está em fase de finalização (fica pronto em dezembro), a partir do ano que vem vai circular em todos os gabinetes de deputados e senadores, no governo federal, no Judiciário, no sentido de mostrar o que são as universidades (aí o relato é das universidades gaúchas e catarinenses) e uma série de textos teóricos mostrando o seguinte: a linha mais interessante na discussão política internacional indica que o governo não deve ser dono de tudo, mas também não deve ser omisso e, sim, um governo que coopere com a sociedade civil e com o mercado; um governo indutor, um governo regulador.

Essa discussão internacional vai estar presente nesse livro e o relato das experiências das universidades comunitárias vai mostrar que ao menos aqui em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul nós temos décadas de sucesso. Não estamos falando de teoria, estamos falando de experiências históricas, de décadas de êxito, e, como foi dito, o alto nível da educação catarinense e gaúcha se deve, em boa parte, às instituições comunitárias. Achemos inadmissível que o governo nos ignore, que o governo, inclusive, estabeleça competição com os nossos cursos, porque não é bom para o País e não é bom nem para o governo, pois ele gasta mais, demora mais, quando, na verdade, poderia cooperar conosco, ser mais ágil, o que seria benéfico para todos.

Em linhas gerais, o projeto de lei versa sobre isso. Eu estou à disposição depois para algum aprofundamento, se houver interesse.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Obrigado, João Pedro.

Depois, João Pedro, até seria interessante socializar essa proposta de projeto - é uma proposta, não foi assumida ainda do ponto de vista do Executivo federal -, que todo mundo pudesse ter conhecimento, discutir, debater.

Agora são 16h30min e se imaginarmos mais uma hora de audiência teremos aí dez inscrições de três minutos, o que daria trinta minutos, sobrando trinta minutos para encaminhamentos. Se permitirmos quinze inscrições de três minutos, teríamos quinze minutos para encaminhamentos. Portanto, pergunto a vocês se temos condições ainda de mais uma hora de reunião. *(Pausa.)* Então, vamos contemplar quinze inscrições, contando com os membros da mesa, se desejarem.

Com a palavra o senhor Paulo Ivo Koehntopp, reitor da Univille e presidente da Acafe.

O SR. PAULO IVO KOEHNTOPP - Para economizar o tempo, vou pedir licença aos meus colegas reitores para cumprimentá-los a distância, mas também pedir licença à platéia para ser um pouco advogado do Diabo nessa altura do campeonato. Também não vou repetir a questão do projeto de lei que estamos encaminhando, porque, afinal de contas, o nosso amigo João Pedro já fez os devidos encaminhamentos.

Esse projeto de lei não resolve todos os nossos problemas. Por quê? Porque ouvimos do ministro há uns dois ou três meses que apesar de poder estar caracterizando como comunitárias ou públicas não estatais ainda cobramos mensalidades. Isso gera uma série de outras dificuldades no que diz respeito a captar recursos públicos.

Com relação à federalização e estadualização, também ouvimos do senhor ministro e de mais alguns membros lá em Brasília que isso não é possível em hipótese nenhuma. Por quê? Porque ninguém dorme funcionário de uma instituição pública de direito privado ou comunitária e acorda funcionário público federal ou estadual. Então, também é um passo bastante dificultoso, ainda não existe no País um modelo que dê conta desse processo.

Nós estamos preocupados, sim, em nível de Sistema Acafe. Estamos já propondo algumas alternativas, outros caminhos para sairmos de um momento que é de crise. Mas crise gera oportunidade.

Gostaria de lembrar que não são todas as instituições do Sistema Acafe que estão passando por dificuldades. Um são melhores, outras não estão tão bem, depende do seu processo de gestão, da sua localização em nível regional, enfim, são vários os fatores que contribuem para essas diversas situações. No contexto, a crise está instalada, sim, mas pode ser revertida, e estamos aqui com um processo de reorganização do Sistema Acafe bastante interessante: compartilhamento de infra-estrutura, compartilhamento de pessoal, projetando compras em conjunto. Ou seja, estamos projetando um sistema que possa deixar de ser somente um sistema enquanto nome e passe a agir como um sistema.

Muito recentemente fizemos umas operações muito interessantes que podem dar fôlego às nossas instituições. Por exemplo: numa compra ainda feita enquanto o professor Toninho era presidente, conseguimos uma redução. Foi uma compra simples, de papel, 33% do nosso menor preço aplicado ao sistema.

Então existem, sim, alternativas internas, alternativas de gestão.

Uma coisa que nos preocupa, e muito, e eu gostaria de deixar aqui como uma das principais preocupações, e aí talvez pudéssemos evoluir o debate nessa linha, é a nossa inadimplência. Enquanto tiver valendo a Lei 9.870, de 1999, que impede as nossas instituições de reterem a documentação de alunos (estou sendo bem simplista, isso é bem mais profundo), nós teremos problemas, sim.

Não sei se os senhores acompanharam, mas no último domingo, no Fantástico, teve uma reportagem a respeito do lançamento de um cadastro nacional, batizado de Cineb (Cadastro de Informações dos Estudantes Brasileiros) que tenta pegar o calote, que tenta pegar a inadimplência em nível das nossas instituições. Ou seja, o aluno também pode, com certa facilidade, desviar-se da necessidade do pagamento das mensalidades. É lógico que entendo que as mensalidades precisam ser revistas, que em alguns casos estão muito altas, mas também existe essa contrapartida.

Recentemente houve uma discussão muito interessante (o professor Darcy estava presente), uma discussão em nível nacional com experiências estrangeiras que estavam apresentando novos sistemas de financiamento para as instituições. Esse era o tema central, mas foram apresentados alguns cenários em nível mundial para as instituições de ensino. E o que esse futuro vai nos exigir, em resumo? Pressão para maior eficiência, melhor gestão, contexto de austeridade e melhores escolhas, reformas no setor público e nessas forças de mercado que geram as nossas mensalidades. Temos, sim, que estar preocupados com a regulação estado/mercado, mas, principalmente, racionalizar investimentos e maximizar resultados.

É lógico que o apoio do governo é bastante necessário. A exemplo de Joinville, nós temos uma lei orgânica municipal (que também vou deixar aqui) que prevê 4% dos 25% do recurso do município para a educação. Então, são 4% para a nossa instituição, a Univille. Isso dá 1% do recurso municipal para a nossa instituição, que teoricamente é bolsa de estudo. Aí os senhores poderiam pensar: "Então a Univille está bem". Não, não está bem, porque o prefeito, por birra, não nos repassa. A nossa dívida com a atual gestão municipal é de R\$13,5 milhões, que é bolsa de estudo.

Então, também não resolve o problema se não tivermos um entendimento do nosso Sistema Acafe, como já disse o Pedro Uczai, promotora do desenvolvimento regional, que alavancou Santa Catarina para um dos melhores IDHs do Brasil; que colocou não só Santa Catarina mas o Rio Grande do Sul no melhor índice de estudantes em nível superior no Brasil, entre jovens de 18 a 25 anos. Enquanto a média nacional é de 9% de jovens no ensino superior, entre 18 e 25 anos, a média de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul vai a 13.7%. Isso é muito? Não! É ridículo! Na Argentina, nossa vizinha, a média é 30%. Então estamos muito aquém! Na América Latina, só ganhamos do Paraguai, gente! No resto, estamos na rabeira de tudo.

Muito obrigado.

Boa-tarde a todos.

Fico à disposição. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Muito obrigado.

Com a palavra o senhor Geraldo Barbosa, por até três minutos.

O SR. GERALDO BARBOSA - Boa-tarde a todos.

Quanto ao Sistema Acafe, sem dúvida, ele estendeu, interiorizou o ensino superior em Santa Catarina, mas nós, da Associação de Docentes de Ensino Superior, ligada ao Andes, o sindicato nacional, temos a posição que envolve a busca de uma política de regulamentação das instituições privadas e de publicização das instituições que são públicas. As fundações municipais são públicas. A Udesc é de propriedade do governo do Estado e as fundações municipais de propriedade das prefeituras-sede, não têm outro dono. A Uniplac é de propriedade da Prefeitura de Lages. Ponto.

Essas instituições, a nosso ver, e temos uma visão muito crítica a esse respeito, são ligadas a um projeto da oligarquia catarinense, o que foi uma escolha errada, porque enquanto no Rio Grande do Sul e no Paraná tinha uma expansão, tinha universidades públicas federais e estaduais, aqui nós tínhamos a expansão de fundações municipais, que de início quase não cobravam mensalidade, eram taxas simbólicas, depois começaram a cobrar mensalidades mais caras e, por fim, com controle cada vez mais oligárquico, foram transformadas em fundações públicas de direito privado, o que é um "Frankstein jurídico", isso não existe, e cada vez mais antidemocráticas.

Esse processo estava muito ligado a uma página infeliz da nossa história, o período da ditadura, como diria o poeta Chico Buarque. Quer dizer, nós tivemos aí, junto com o acordo MEC-Usaid, uma colonização cultural dirigida e desejada e um controle oligárquico dessas instituições municipais, em que havia recursos muitas vezes da União, do Estado e do Município, mas sem a contrapartida do controle público democrático desses recursos.

Nós defendemos o máximo de autonomia e de democratização para essas instituições.

A questão emergencial é, naturalmente, o pagamento do salário dos professores e funcionários da Uniplac. E queremos saudar a Assembléia, professores e funcionários pela decisão de que os poucos recursos que vieram ir para todos os professores e funcionários, igualmente, uma decisão justa para não penalizar justamente os funcionários, que são os que recebem menos.

Agora, a solução emergencial é priorizar o pagamento de salário e não o pagamento de credor. Não é cumprir uma lei, por exemplo, de Responsabilidade Fiscal, que privilegia bancos, é pagar salários, que, inclusive, envolve a subordinação do Brasil à OIT e é ao mínimo de dignidade social, pagar salário para professores e funcionários (*palmas*). Essa é a prioridade número um e absoluta na solução da crise da Univali.

Mas a solução imediata na crise da Univali e nas crises tem que ser encaminhada no sentido progressista; para que possa se tornar cumulativa, para não virar um vício, é necessário avançar no sentido máximo de publicização e democracia na instituição.

A escolha do sistema fundacional foi um equívoco, e um equívoco deliberado, numa visão oligárquica. Eu quero chamar a atenção para um documento que decidi pela cobrança de mensalidade do sistema fundacional numa reunião no Seminário de Políticas Governamentais de Ensino Superior realizado em Blumenau em 1975, quando o senhor Salomão Ribas Junior, representando o governo do Estado de Santa Catarina, defendeu o ensino pago. Quando reitores daquela época defendiam verbas públicas para instituições, o senhor Salomão Ribas Junior disse: "Aí eu tenho uma posição diversa, porque acho que houve opção no Brasil", e a opção foi a economia de mercado. E a questão é que quem estuda nas universidades busca a melhoria do seu estado social, do seu padrão de vida. Quem está fazendo Direito, segundo Salomão Ribas, não está fazendo para defender os direitos civis, está fazendo para ser advogado de empresa. E vamos ser sinceros, vamos por aí agora, nas outras profissões, como a de médico, para ganhar dinheiro etc. Nós não pensamos assim. Preferimos uma universidade pública e gratuita com ensino e pesquisa crítica, adequada às necessidades regionais, aos interesses nacionais e à elevação do nível de vida do povo brasileiro.

Nós defendemos a autarquia e a universidade plenamente pública e gratuita, o que não significa que nós não valorizamos soluções parciais. Nós somos realistas e lutamos, sim, por soluções parciais. Nesse sentido, a questão imediata é a eleição direta para reitor em todas as fundações paritárias e órgãos deliberativos centrais paritários, e sendo justo: a Uniplac é avançada nesse aspecto, porque aqui há eleição direta para reitor. As instituições mais retrógradas deste Estado são a Unisul e a Univali. Nelas, os reitores é quem indicam o órgão colegiado, que depois os reelegem definitivamente, décadas e décadas.

Pois bem, a Univali demitiu este ano mais de mil professores sem justa causa ou sem participar aos órgãos colegiados, sem nenhum critério, o que é a situação mais grave. E a solução desse processo passa, pensamos nós, da Adessc, por avançar no sentido de publicizar.

A fundação de direito público é um avanço em relação a essa aberração que é a tal da fundação de direito privado, algo criado para que pessoas inescrupulosas se beneficiassem de dinheiro público. Nós defendemos dinheiro público para todas as instituições, e se vem dinheiro público, tem que ter controle democrático.

Nós lutamos pela autarquia, lutamos pela gratuidade, mas precisamos avançar para uma fundação de direito público, para uma mensalidade mais barata, para uma democracia maior em termos de eleição para reitor e órgãos colegiados democráticos. É um avanço, porque democracia não é algo meramente embelezador; democracia é fundamental para que as instituições se vinculem realmente a uma revitalização das universidades em termos de intelectuais críticos, a produção de conhecimentos originais voltados para a elevação de vida do povo. A abertura nessas universidades realmente abastece o povo trabalhador, o povo pobre, eleva o nível de vida do povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Muito obrigado.

Com a palavra a presidente da União Catarinense dos Estudantes, Clarissa Peixoto.

A SRA. CLARISSA PEIXOTO - Quero cumprimentar os participantes da mesa, os estudantes, as reitorias da Acafe e os demais presentes.

Todas as vezes que falo da Acafe, começo dizendo que nós, estudantes, continuamos na defesa do ensino público gratuito e de qualidade. Historicamente essa é a nossa bandeira, porque a gente entende que é um direito constitucional. Enquanto estivermos com bandeiras levantadas, é isso que vamos discutir. Agora, o que está colocado para Santa Catarina, qual é a condição de Santa Catarina e, conjuntamente, qual é a nossa condição?

Nós temos o Sistema Acafe, que garantiu... Se por um lado a gente entende... Estão aqui o Fábio, da minha universidade, que não me deixa mentir, o professor Darcy e o professor Toninho, que conhecem o nosso debate histórico de democratização do Sistema Acafe com muitos abaixo-assinados etc. por todo o Estado... Agora, o Sistema Acafe, de fato, foi quem segurou o avanço das universidades privadas, que, na nossa opinião, na opinião do movimento estudantil, não contribui para a educação neste País, tem mercantilizado, tem colocado ações das universidades na bolsa, não tem garantido pesquisa e extensão, e não é o caso da Acafe.

Então aí a gente tem que fazer a defesa justa do Sistema Acafe, que garantiu um IDH tão importante para Santa Catarina, tão alto, em detrimento a outros Estados do Brasil, sendo que Santa Catarina tem o menor número de vagas públicas em universidades federais e estaduais.

Na minha opinião, no caso da Uniplac, assim como a Univali ou qualquer outra universidade do Sistema Acafe, emergencialmente a gente precisa injetar dinheiro público, porque essas universidades têm natureza pública. Agora, tem que ter a contrapartida, que é a democratização nessas universidades, a sociedade dentro delas podendo fazer um debate sério do que quer - o professor Toninho sabe bem o que é. Eleito diretamente na Unesc, ele sabe que não é fácil uma eleição como essa. Mas a gente consegue colocar a sociedade discutindo dentro da universidade, abrir os conselhos deliberativos para, de fato, conseguir que universidade e sociedade caminhem juntas para que tanto de um lado quanto de outro se consiga que essas universidades cresçam, aumentem suas vagas etc.

No que tange à condição de comunitárias, em uma discussão nacional que a gente vem fazendo com a UNE e que no projeto inicial de reforma universitária não estava pautado por nenhuma entidade da área da educação, a gente quer dizer que a UCE de Santa Catarina tem feito essa discussão junto com a União Nacional dos Estudantes. Em janeiro, no Conselho de Entidades de Base da UNE, que vai acontecer em Salvador, Bahia, vamos discutir a questão das comunitárias com um projeto próprio de reforma universitária, que a agora a União Nacional dos Estudantes tende a pautar.

Quero dizer que além de tudo estamos construindo essa plataforma, essa proposta que é gaúcha, que é catarinense e não estava contemplada. Vamos tentar pautar junto com os setores responsáveis por construir, por modificar a estrutura da educação no País nesse debate junto com a UNE.

Acho que o caminho para a Acafe é ser cada vez mais democrática, é ser cada vez mais aberta para a sociedade, e que essa sua natureza pública sirva, inclusive, para que se sustente e garanta que as universidades privadas não cheguem cada vez mais em Santa Catarina e não descolem o tripé da educação, que é ensino, pesquisa e extensão, que é o formato que temos hoje de universidade no País.

Quero saudar a Comissão de Educação pela iniciativa, por esse debate aqui na Uniplac. É sempre um prazer estar aqui, porque fui eleita presidente da UCE nesta universidade.

Agradecer pelo convite em nome da União Catarinense dos Estudantes. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Muito obrigado, Clarissa.

Quero anunciar a presença da professora Luciane Carminatti, vereadora de Chapecó, minha secretária da Educação quando fui prefeito daquela querida cidade.

Com a palavra o professor Antoninho, reitor da Unesc de Criciúma.

O SR. ANTÔNIO MILIOLI FILHO - Boa-tarde a todos.

Eu não acredito que o culpado disso tudo seja o povo brasileiro, que não construiu para o Brasil uma proposta de estado para a educação. Cada governo que entra faz a sua política e resulta nisso que está aí. O Sistema Acafe supriu por trinta anos a ausência do Poder Público, que não pode vir e deixar essa abertura que aconteceu, com facilidades para o poder econômico entrar no sistema educacional visando lucro, sem a obrigação de fazer o que faz o Sistema Acafe. Exigem de nós tempo integral, pesquisa, extensão, enfim, tudo aquilo que é muito caro. Só para dar um exemplo, para ser colocado em prática um mestrado, custa R\$ 1 milhão, no mínimo. As universidades do Sistema precisam de três mestrados e um doutorado, tudo isso para que o aluno pague. Isso não é justo!

O primeiro caminho é exatamente essa questão jurídica. Nós somos, sim, públicas não estatais, porque as nossas universidades foram criadas pela sociedade. E não tem como evitar isso, o governo tem que reconhecer. Agora, é necessário também fazer uma rediscussão de algumas universidades do Sistema ou de outras, que, na verdade são praticamente universidades privadas pela forma de agir. Isso tem que ser discutido também! Quando os estudantes pedem participação, nada mais justo, porque eles pagam. É correto isso. Agora, como é que se resolve isso? Primeiro, a Uniplac tem aí R\$ 18 ou R\$ 16 milhões, não sei, retidos porque está pagando o imposto de renda. Olhem bem, para uma instituição que faz o papel do Estado, paga imposto de renda do empregador! É um absurdo! Tem que tirar esse dinheiro de lá e pagar os professores! Esse é o compromisso maior da Uniplac: pagar os professores que estão há três meses sem receber. E aí discutem se tem ou não que pagar esse imposto de renda, porque essa discussão existe em todas as instituições.

A segunda coisa que tem que acontecer é sermos reconhecidas como públicas não estatais e lutar também por mais verbas do governo do Estado, sim. O artigo 171... Acho que os deputados... Tem a compra de vagas ociosas que tem esse movimento... Acho que sensibilizar o governo do Estado é importante. Agora, essa ilusão de achar que o País pode dar ensino público e gratuito para todos, gente, não tem! Se pudesse... Essa deve ser a bandeira dos estudantes - quando era estudante, eu tinha essa bandeira. Agora, um País que tem problema na segurança, na alimentação (temos 33 milhões de pessoas que sobrevivem com alimentação do governo federal), um país que tem problema em todos os setores... O Brasil não é um país, é um continente! Um continente com problemas! Educação sem qualidade também exclui. Achar que o governo pode dar ensino gratuito de qualidade para todos é uma ilusão. É uma bandeira que a gente tem que usar. Então, na verdade, tem que fazer o que faz todo mundo. Não existe no mundo educação pública gratuita, gente. Em toda a Europa, o sistema

que prevalece é o sistema misto. Então, é isso que o pessoal do MEC tem que reconhecer: que o sistema misto é caminho melhor para este país; o pessoal das universidades públicas que montam um feudo, querem tudo para eles e não dão conta do recado, têm que compreender que tem que abrir para discutir com a sociedade o melhor modelo de educação para este país, que ainda é o sistema misto, em que aquele que pode pagar um pouco, aquele não pode é subsidiado, enfim, um sistema justo como o que existe em toda a Europa. Como sempre, o Brasil está na contramão da história em relação a isso, e, como sempre, na reforma universitária, são só ouvidos os professores da instituição pública. Não tenho nada contra. Se pudesse, sou o primeiro a dizer, tem que ser mesmo, porque educação é obrigação. Mas como não pode, vamos cair na realidade e buscar aquilo que é a solução para os nossos problemas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Muito obrigado, reitor.

Com a palavra o professor Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira, do Comitê Pró-Federalização da Furb.

O SR. JORGE GUSTAVO BARBOSA DE OLIVEIRA - Além do Comitê Pró-Federalização da Furb, estou também falando em nome do Sindicato dos Servidores do Ensino Público Superior de Blumenau.

Para começar, gostaria de contestar duas colocações que foram feitas aqui. Uma delas é que o ministro da Educação alega que não é possível federalizar porque aquilo que é privado não é federalizável. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde estudei, começou privada e municipal, depois se estadualizou e em 1954 o finado Getúlio Vargas a federalizou (palmas); a federal do Rio Grande, a Furg, há dois meses mudou a sua situação porque o presidente Emílio Garrastazu Médici a federalizou na condição de fundação e agora, quando se aposentaram os servidores, tornou-se uma autarquia. Nós temos que ensinar o ministro que os processos são políticos e não meramente legais.

Na questão legal, a Lei 8.290, de 19 de dezembro de 1991, coloca que servidores, não só o patrimônio, podem ser cedidos de uma instância do Estado, como um município, o Distrito, Federal, unidades da Federação ou a União, de uma esfera para outra - está aqui no número da lei. Peço a vocês que leiam esse boletim que está sendo distribuído lá - está na página 30.

Outra questão em que discordo do colega da Unisc: não é verdade que todos os países da Europa têm ensino misto. Os países nórdicos, que são os mais desenvolvidos do mundo, têm ensino totalmente público, do jardim de infância ao pós-doutorado, e é por isso que atingem as condições de mais desenvolvidos do mundo em termos de IDH. A Noruega, em 1905, era uma colônia da Suécia e encerrou o Século 20 como o melhor país do mundo.

Eu gostaria de deixar aqui um apelo a vocês: não desistam, como direito do cidadão brasileiro, de discutir o futuro da Uniplac, também há possibilidade de federalização, porque é um direito de todo cidadão do Brasil ter educação pública e gratuita, acabando com esse negócio de que para educar hoje é preciso ter dinheiro, pagar como se fosse uma mercadoria.

Finalmente, uma mensagem de solidariedade e de apoio aos servidores técnico-administrativos e professores da Uniplac: lutem, organizem-se e, se possível, criem um sindicato aqui dentro, porque isso vai ajudar na luta de vocês. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Muito obrigado, professor Jorge.

Com a palavra o senhor Ludimar Pegoraro, representando o senhor Carlos Magno da Silva Bernardo, presidente do Sinproesc

O SR. LUDIMAR PEGORARO - Primeiramente, meus cumprimentos a todos - quero ser bastante sintético também.

Eu realizei um trabalho durante cinco anos sobre a relação sociedade civil, o terceiro setor, e a questão da sociedade como um todo. E nesse aspecto eu analiso especificamente a questão da universidade. Pego como estudo o Estado de Santa Catarina e a Universidade do Contestado como objeto mais específico do meu trabalho.

Quando ouço as falas, do ponto de vista sociológico faço a relação para poder identificar de que ponto cada pessoa está falando, de que local cada um está falando dentro da estrutura do poder da sociedade, e aí vocês poderão identificar que cada um tem um posicionamento segundo os privilégios que tem.

Eu quero falar da minha posição, do ponto de vista de professor, da consciência política e social que precisamos ter nas nossas universidades. Estamos deixando fora aquilo que é essencial nas nossas discussões, que é o papel social dessas universidades do ponto de vista da ciência. Quero saber qual a posição do Estado de Santa Catarina em termos de pesquisa no Sistema Acafe no Brasil. Olhem, vejamos que em muitos discursos que estão sendo feitos aqui tentam tapar o sol com a peneira.

Fiz uma experiência com o professor Boaventura de Souza Santos, em Portugal. Durante quatro meses discutimos o papel da sociedade civil. Apresento na minha tese uma proposta desse trabalho no sentido de dar ao Estado de Santa Catarina uma condução para os seus trabalhos.

Entendo que é fundamental a participação da sociedade civil na construção de uma sociedade democrática. Não vejo como fazer o Brasil ter uma experiência democrática sem a participação das diferentes organizações da sociedade.

Desculpe-me o Sistema Acafe, mas não vejo isso dentro do Sistema Acafe. (*Palmas.*) Aliás, vejo coisas muito perto da barbárie. Professores submetidos, por questões ideológicas, a condições desumanas.

Então, temos que rever o Sistema Acafe primeiro olhando para o sistema. Não tenho dúvida de que foi extremamente conveniente para o Estado de Santa Catarina a presença do Sistema Acafe. A sociedade civil não tem que criar um sistema, isso é obrigação do Estado, mas Santa Catarina criou um sistema de educação que suplantou a responsabilidade do Estado e agora tem que ser revisto isso sobre outros paradigmas e não o que está aí. Então, temos que olhar do ponto de vista público.

Desculpe-me o colega de Criciúma, mas também com a minha experiência na Europa pude observar que o país mais privatista lá é Portugal. Um terço da educação superior de Portugal é privada. No Brasil é ao contrário, são dois terços. Quando se fala em educação privada na Europa, espanta que Portugal tenha um terço. Quando se olha para o Brasil então, temos essa realidade nossa. Não podemos esquecer que o que está na base de toda essa nossa discussão são os nossos estudantes, o que eles falam e pensam sobre o sistema, como estão sendo atendidos e como vamos dar conta disso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczi) - Obrigado, professor.

Com a palavra a professora Ana Maria.

A SRA. ANA MARIA - Primeiramente eu gostaria de parabenizá-los pela iniciativa e a todos que estão aqui, porque, certamente, lutam pela democratização do acesso à educação superior.

Vou me pronunciar como pesquisadora que não esquece que também é cidadã. Gostaria de trazer alguns números para mostrar um pouco do tamanho do problema e do tamanho do argumento que talvez possam ajudar a encontrar a solução. Acho que os problemas carregam no seu bojo a sua própria solução.

Pelo censo do Inep de 2006, existem no Brasil 2.300 instituições de ensino superior (certamente agora são um pouco mais), entre faculdades, vários modelos. Dessas 2.300, apenas 170 são universidades. Desses 170, que é um número muito pequeno, mais de 10% são as universidades comunitárias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, dezoito, as que já são universidade, sem contar as que não são, que são instituições menores. Então significa que a causa que está aqui sendo defendida representa mais de 10% do total de universidades brasileiras do "Sul Maravilha".

Eu acho que quem conhece as universidades comunitárias como todos nós conhecemos tem clareza da contribuição histórica que elas têm nos nossos Estados, sobretudo na interiorização da educação superior e na democratização do acesso à população, que até então estava excluída, impossibilitada de ter esse acesso. Evidentemente, essa democratização do acesso foi precária. Digo precária porque foi feita, como disse o colega, na ausência ou na omissão do Estado. Realmente num país de dimensões continentais como o Brasil é muito difícil conseguir uma democratização, enfim, tornar o acesso generalizado.

Então, a título precário, a sociedade civil, na omissão do Estado, organiza-se e produz resultados muito interessantes, que é o que temos hoje, sistemas articulados e tal, com muitos defeitos, que foram apontados por vários colegas que tomaram a palavra antes.

Parece-me que se trata hoje de usar os argumentos mais fortes que temos para deixar evidente e fazer com que se reconheça o papel histórico que essas universidades tiveram a título precário até então e que elas realmente possam ter um reconhecimento de utilidade pública, mais ou menos dentro da proposta do professor João Pedro, do projeto de lei, de que sejam reconhecidas como públicas e, por isso, possam ser financiadas.

Quanto à questão da gratuidade, acho que podemos, sim, levantar essa bandeira. Não vejo nenhum sentido as populações do interior pagarem mensalidade enquanto que quem tem acesso à cultura, a centros culturais maiores, pode ou tem mais facilidades de ascender às universidades públicas gratuitas. Acho que podemos manter a nossa autonomia sendo regulados, resolvendo uma série de defeitos, unificando um pouco as características, não necessariamente federalizando, estatizando ou municipalizando, mas nos tornando realmente, pelo reconhecimento histórico, às vezes de até cinquenta anos de atuação, com bons resultados, inclusive de pesquisa, como o colega falou antes... Acho que existem progressos interessantes nessas universidades.

Então, que esse reconhecimento permita que sejamos financiados e que possamos também obter a gratuidade. Acho que essa é uma boa bandeira. Não há nenhuma razão para defender a cobrança se formos financiados como públicos, tendo reconhecida a contribuição histórica e em grande montante, porque ela significa um número contudente que poucas pessoas conhecem, que é esse que eu disse: nós representamos mais de 10% do total de universidades brasileiras. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczi) - Obrigado, Ana Maria.

Com a palavra o professor Mauri Antônio da Silva, secretário-geral da Associação dos Docentes do Ensino Superior de Santa Catarina.

O SR. MAURI ANTÔNIO DA SILVA - Boa-tarde a todos e a todas.

Em tese, o Geraldo Barbosa, presidente da nossa associação, já expôs nossas idéias centrais de como se deve encarar a discussão da transformação do Sistema Acafe, apontando, no nosso entendimento, para um rumo estratégico, que é a plena publicização, ou seja, caminharmos rumo ao ensino público e gratuito para todos.

Eu vou contar algumas questões sintéticas, objetivas, porque não temos muito tempo para aprofundar o debate, em relação ao que foi exposto pelo representante do Sistema Acafe e pelo representante do Rio Grande do Sul.

Em primeiro lugar, com relação ao projeto, por entender que o ensino superior é regido pela Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, que exige a gestão democrática... Inclusive, o projeto deve ter uma discussão mais ampla, com toda a comunidade universitária de todo o Sistema Acafe, não deve ficar apenas em nível dos altos dirigentes do Sistema, sendo encaminhado já ao Ministério da Justiça e ao Congresso sem que tenha havido uma discussão mais ampla, aprofundada com o conjunto dos professores, estudantes e funcionários.

Então, esse é o primeiro encaminhamento que eu solicito à mesa: que se abra esse projeto para um debate amplo com toda a comunidade universitária para que não incorra no mesmo erro cometido na origem desse modelo que se instalou aqui em Santa Catarina, que realmente foi uma opção das oligarquias catarinenses, a partir do golpe militar de 1964, de interromper as medidas democratizantes que vinham sendo tomadas pelo presidente João Goulart, de realizar no Brasil uma reforma universitária rumo à ampliação do acesso à população brasileira ao ensino superior público e gratuito.

Esse modelo de fundações foi orientado diretamente pelo governo dos Estados Unidos após o golpe militar, através de acordos entre o MEC e uma agência norte-americana chamada USAID (Agência Norte-Americana de Desenvolvimento) que orientou que se abrisse caminho para a privatização, modelos de privatização do ensino superior brasileiro a partir da ditadura militar, e aí se constituiu em Santa Catarina esse modelo de fundações que agora está em crise.

Acho que devemos caminhar na luta pela transformação plena desse sistema em universidade efetivamente pública e gratuita.

Outra questão: a garantia de eleições diretas para todos os reitores.

Solicito à mesa que faça moção a ser encaminhada à reitoria da Univali e da Unisul para que revejam seus procedimentos antidemocráticos. No caso da Unisul, em comunidades com mais de 27 mil pessoas, entre estudantes, professores e técnicos administrativos, ninguém vota no reitor. Ele é escolhido pelo conselho universitário, que é composto por 121 pessoas, a maioria indicada pelos próprios reitores.

É possível, sim, ampliar recursos para a educação superior no Brasil. Já foi citado que vários países investem mais. Cuba, que é um país pobre, tem ensino superior público e gratuito para todo o conjunto da população. Por que o Brasil, que é um país muito mais rico, remete tanto recursos para banqueiros, através de dívida externa e interna, remete tanto recurso para empresários, até para a indústria automotiva transnacional... Inclusive, no governo Luiz Henrique havia um projeto de dar subsídios fiscais à General Motors, que é uma das maiores empresas transacionais do mundo, que não precisa disso.

Então, ao invés de subsidiar os grandes empresários, as grandes transacionais, o governo deveria priorizar a aplicação no orçamento na educação.

Só um dado: tanto no governo Fernando Henrique Cardoso como no governo Lula a prioridade é o pagamento de juros da dívida interna e externa, tanto é que no atual governo o presidente do Banco Central é um gestor dos interesses do capital financeiro internacional, e através dessa alta taxa de juros não há possibilidade de fazer políticas sociais, ou se faz, mas de um modo reduzido.

Do Orçamento da União de 2006 foram gastos 36.70% para juros e amortização da dívida; para a educação, 2.27%; e para a cultura, 0.05%. Portanto, existem recursos.

Quando Fernando Henrique fez um acordo com (*inaudível*) norte-americanos para se eleger presidente do Brasil, ele embutiu ali a garantia de que pagaria os juros da dívida sacrificando investimentos sociais e criou a Desvinculação de Receitas da União, em que são retirados 20% ao ano dos recursos vinculados à educação, à saúde e à seguridade social para pagar juros da dívida externa e interna, aos banqueiros, que estão aí dando risadas nas manchetes dos jornais, muito felizes com a quantidade imensa de recursos que estão ganhando.

Encaminhamento para a mesa desta audiência: nós nos manifestamos pelo fim imediato da Desvinculação das Receitas da União, que seja enviado a todos os deputados federais, senadores e ao governo federal pedido de que haja recursos para investir em educação e em outras áreas sociais.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Com a palavra a professora Zilma Isabel Peixer, última inscrita. Em seguida, vamos para os encaminhamentos, quando deixaremos livre a palavra novamente.

A SRA. ZILMA IZABEL PEIXER - Boa-tarde.

Em primeiro lugar, Pedro, quero parabenizá-lo pela iniciativa dessa ação aqui na Uniplac num momento tão específico que estamos vivendo.

Espero que os representantes de Santa Catarina apoiem a proposta de mudança na lei para que as universidades comunitárias tenham amparo, sim, porque todos nós sabemos das dificuldades que temos para conseguir participar de verbas e editais públicos.

Eu quero lembrar também, e aqui especificamente à Acafe, que está aqui com o presidente e ex-presidentes, que identidade de universidade comunitária não se faz somente por uma legislação ou por um projeto de lei. A identidade de uma universidade comunitária se dá na prática. Assim, uma sugestão à Acafe: que faça com os seus dirigentes uma ação, uma sensibilização para que não sejam permitidas negociatas dos nossos sistemas, do patrimônio público de Santa Catarina, que são as nossas universidades do Sistema Acafe, na perspectiva de vendê-las para instituições eminentemente privadas, como há, sim, indícios aqui.

Então, acho que a Acafe tem um trabalho importante nisso. (*Palmas.*)

Uma segunda questão é com relação à defesa de universidades públicas e gratuitas do Estado de Santa Catarina. Se formos olhar o mapa no Brasil, vamos ver como o nosso Estado foi deixado de lado. Temos, sim, o direito de lutar por universidades federais ou públicas estaduais em todos os cantos do nosso Estado, e essa deve ser uma luta que deve unir todos. Pode ser ilusão, pode ser utopia, mas quantas ilusões e utopias nós já não tornamos realidade? Este, sim, deve ser um desejo e uma vontade política nossa, pois se tem dinheiro para intervir em bancos, se tem dinheiro para outras coisas, tem que ter para a educação.

Outro detalhe: quando a gente fala em democracia, quero dizer que democracia não é somente a escolha dos seus gestores; também temos que lutar no período e nos sistemas administrativos, que se dá além da escolha. Muitas vezes as universidades têm escolha direta para os seus reitores, mas o sistema é muito mais autoritário na gestão do dia-a-dia, no cotidiano.

Acho que essa também pode ser uma mobilização da Acafe, não é, professor Darcy?

Era isso que eu queria dizer.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Muito obrigado, professora Zilma.

Em relação à Uniplac, o primeiro encaminhamento: participação ativa da Prefeitura na busca de solução da crise conjuntural - pelo menos as falas foram nessa direção.

Quero dizer que participei de uma reunião aqui e estava presente a representação da Prefeitura. Sinto que ela está participando ativamente desse processo. Então, só foi reafirmado aqui na audiência pública, até porque essas instituições têm origem pública municipal, e a Prefeitura de Lages participar ativamente.

Em segundo lugar, foi sugerido aqui, em relação ao imposto de renda, diferentemente da Uniplac, outras instituições do Sistema Acafe utilizarem esse dinheiro público, através de lei municipal inclusive, para destinar exclusivamente esse recurso para a própria instituição - eu já manifestei isso anteriormente, e nesse aspecto não tem problema ético nenhum eu defender essa tese, Andriano: deveria ser feita uma lei municipal para destinar esse recurso para a Uniplac.

Poderiam dizer: "Ah, mas é ilegal!" Dane-se a legalidade nesse sentido. Para mim, ilegal e imoral é não pagar salário de professor e de funcionário! (*Palmas.*) Isso é que é central! Fui prefeito de Chapecó e fiz a lei, destinei dois milhões e pouco por ano para a Unochapecó e ninguém me botou na cadeia. Mas se botassem, eu iria por uma coisa justa! Nós transformamos todo o dinheiro do imposto de renda em patrimônio, não em bolsa. Em patrimônio! Sala de aula, laboratório, tudo que está lá. Se a Receita Federal tirar, terá que levar a biblioteca embora, o prédio embora. É público, ninguém é dono! Dinheiro de imposto de renda é público e fica na instituição pública. (*Palmas.*) Com certeza nenhum juiz vai dizer para pagar a Receita Federal ou banco e não pagar funcionário e professor. Eticamente, não tem nenhuma defesa!

Então, reitor e dirigentes presentes, não tenham medo de enfrentar essa questão.

Não vou discutir aqui o passado nem nada, só estou discutindo o que pode ser feito daqui para a frente, porque a própria crise financeira das outras instituições que não têm... E não têm porque deram outra solução para isso.

Por isso, quero defender essa questão. Estou tornando público o que fiz de forma particular. Eu sou parceiro nessa luta!

Olhe, reitor, se tiverem aqui alguma dificuldade, eu venho aqui para enfrentarmos essa dificuldade juntos. Toda a comunidade de Lages vai enfrentar contigo essa decisão imediata e urgente. Eu nem faria lei na Câmara já, eu reteria o dinheiro e pagaria professores e funcionários. Depois é que faria a lei. *(Palmas.)*

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

Daqui para a frente não retém nada, pega o dinheiro e passa. Uma coisa é o que está retido até hoje, R\$ 10, R\$ 15, R\$ 20 milhões, mas daqui para a frente pega o dinheiro do imposto de renda. Não retém e paga. Faz isso, assim como nós fizemos lá e outras instituições estão fazendo. Com certeza a Prefeitura aqui vai ser parceira, como já manifestou. Prefeitura parceira, prefeito parceiro, dinheiro público! Porque senão a gente faz aqui discurso ideológico de banco, de banqueiro, de que o governo federal está pondo... Então pegamos esse pedaço aqui e botamos onde devemos. Vamos enfrentar juntos esse problema legal. Muitas leis vêm depois da luta e se transformam em direito! Por isso que essa lei federal que estão colocando, se caminhar nessa direção, o imposto de renda é a primeira conquista! Todo o imposto de renda deveria ser das instituições comunitárias. Por que tem que transferir? Mudem a legislação federal, iniciem esse novo marco jurídico. E sei de todos os problemas que tem no Sistema Acafe, cada universidade tem o seu entendimento e a sua interpretação jurídica, mas quando a água bate no pescoço tem que tomar decisões mais radicais para garantir a continuidade e a imagem da Uniplac. E aí todos que estão nesta audiência pública têm que defender (o professor Gilberto tem essa tese também) a imagem e a história dessa instituição e as instituições comunitárias. Tem muita gente gostando de destruir a imagem das nossas instituições comunitárias públicas para avançar outros interesses, muitas vezes não públicos.

Terceiro encaminhamento: em relação ao comunitário, além de os municípios ajudarem a discutir o futuro do Sistema Acafe, o governo do Estado... O Andriano levanta também, assim como eu e outras intervenções... O artigo 170... Quem sabe o convênio dos reitores no ano que vem possa avançar mais do que os convênios anuais; quem sabe se os reitores contarem com os deputados estaduais, com os professores, com as entidades para que se faça a transferência integral dos 5% previstos na Constituição Estadual, para o artigo 170, que hoje não é... E não vamos entrar nesse debate e não vamos fazer. Avançamos nisso. Não estou criticando o que foi feito, até porque é dentro da correlação de força que está colocado, mas se tem os problemas apresentados, coloca mais R\$ 20 milhões do artigo 170 que diminui em grande parte a inadimplência de muitos alunos do Estado, que hoje não conseguem pagar; amplia a gratuidade para muitos estudantes em forma de bolsa de estudo.

Em relação ao artigo 171, avançar, fazer cumprir neste ou no próximo ano. Mas precisa cumprir, está lá, está destinado! É dinheiro do Orçamento que se transfere para incentivo fiscal... Aqueles R\$ 40 milhões estão lá! Então, tem que fazer com que...

Há poucos dias estive com o presidente da Fapesc, Andriano. Acho que ela avançou muito na área da pesquisa, nunca esteve numa condição tão boa como está agora. E quero fazer justiça - sou deputado da base de oposição na Assembleia Legislativa: a Fapesc está avançando muito, está desenvolvendo vários projetos de pesquisa. Faço esse registro porque não sou hipócrita, não sou medíocre. Todos me conhecem há vinte anos nessa trajetória. A Fapesc precisa agora, cada vez mais...

O Sistema Acafe precisa chamar a Fapesc. E quero sugerir aqui uma audiência com o Diomário (o Andriano é da base do governo e pode intermediar) para construir novos projetos de pesquisa para que deixe de vir da mensalidade e venha dos projetos da Fapesc para incentivar as pesquisas das nossas universidades do Sistema Acafe.

Quarto encaminhamento: em relação ao governo federal, esta audiência pública não delibera, e tem duas teses presentes nos diferentes depoimentos e falas aqui: a federalização das nossas instituições comunitárias, como tem movimentos de federalização, estadualização ou municipalização... Então esse movimento de construção... A Furb tem essa experiência de direito público, que poderia ser um passo para a federalização, eles estão nesse movimento. Aqui na Uniplac também tem esse movimento para transformar em direito público, que pode ser um passo para a federalização. Acho que hoje, enquanto direito privado, ela tem uma dificuldade maior. Tornando de direito público, quero concordar em parte nessa tese, facilita mais a perspectiva, porque é uma entidade pública do ente federativo municipal, para estadualizar ou federalizar facilita do ponto de vista jurídico, inclusive dos vários passivos que estão aí, que é um debate profundo e jurídico de interpretações profundas, que é o debate da federalização ou estatização dessas instituições. Estatiza no âmbito municipal, estatiza no âmbito estadual - numa visita com o governador, a UnC discutiu se daria para estadualizar ou não, assim como fez o Paraná, estadualizou várias comunitárias na década de 1990 - ou federaliza.

Então, essa é uma luta que está presente nos depoimentos aqui.

Outro eixo de intervenção que está sendo construído a partir das universidades comunitárias, dos dirigentes do Comung, da Acafe, da Unisc, de Santa Cruz do Sul, exposta aqui pelo João Pedro, é a constituição de uma nova natureza jurídica no Brasil que dê amparo para diferentes instituições e essas comunitárias. Se o movimento caminhar nessa direção, eu defendo uma tese nesse sentido: que as instituições comunitárias sejam públicas, democráticas (tivemos aqui várias falas sob o ponto de vista da democracia, no amplo sentido da democracia) e que tenham qualidade, portanto, casando ensino, pesquisa e extensão. Então, não vamos destruir as nossas universidades comunitárias, cobrar R\$ 300,00 para concorrer com as particulares porque não tem pesquisa e extensão, vamos manter essa trajetória de pesquisa e extensão junto com o ensino, vamos buscar outras formas de financiamento; que ela não necessariamente seja estatal, mas que caminhe para ser gratuita.

A minha tese é de que seja gratuita, democrática, de qualidade, pública, mas não necessariamente estatal. Tem que ser gratuita no horizonte, tem que caminhar para a gratuidade, mas não necessariamente que seja instituição estatal - e aí tem acordo em várias teses, porque para ser gratuita não precisa ser estatal. Se os artigos 170 e 171 avançassem em Santa Catarina, se os municípios colocassem o que Joinville coloca, se o governo federal colocasse além do imposto de renda mais um percentual, quase daria para fazê-las gratuitas na área de ensino. Podem ter certeza! Peguem os orçamentos de cada universidade: R\$ 30 milhões, R\$ 100 milhões, R\$ 70 milhões, R\$ 150 milhões. Façam a computação: integralmente dos artigos 170 e 171 para as comunitárias, o imposto de renda, um percentual dos municípios e mais um percentual federal será pública e gratuita. Entenderam? *(Palmas.)*

Essa pode ser a tese, acho que essa é a construção, porque senão a gente diz que tudo que é estadual é bom e tudo que é comunitária não é. Não, nós queremos pública, democrática, de qualidade. E esse debate é bom enfrentar. Eu sou defensor de universidade pública estatal também, assim como a Luciane e tantos aqui. Temos universidade federal se implantando em Chapecó e lutamos muito para isso; para ter em Curitiba, fizemos audiência e brigamos; de Joinville e Jaraguá, está lá em Joinville; em Araranguá, as escolas técnicas federais vão ter graduação, mestrado, doutorado e centro de pesquisa público, estatal; na Udesc, eu lutei como prefeito e tem estatal em Chapecó de Zootecnia. Então, não venham ideologicamente dizer que não sou pela estatal também, mas as comunitárias podem ser muito mais baratas, mas pública, gratuita, democrática, de qualidade, num horizonte possível, controlada pela própria comunidade.

Essas são posições e eu estou muito à vontade em fazer esse debate, essas construções.

Quinto ponto de encaminhamento: ampliar esse debate que se iniciou hoje. É consenso? *(Pausa.)*

Então, não tem consenso sobre as duas posições. Mas não tem problema não ter consenso, senão não seria nem democrática esta audiência pública! Ela tem duas grandes teses para avançar, em algumas pode avançar para a estatização. Acho que a experiência da Furb está caminhando, a da Uniplac está caminhando. Parabéns! E nesse curto espaço de tempo, se a Prefeitura não tiver atuação ativa, assim como o governo do Estado, a Uniplac vai ter dificuldade, todos vocês sabem disso. Então, caminha nessa direção, e sou favorável, já estive aqui e legitimei! Parabéns ao reitor e parabéns à equipe que está construindo essas alternativas.

Sexto ponto: moção. Em relação à DRU, pelo menos agora foi votado o fim da Desvinculação Orçamentária na Educação - está resolvida essa questão que você colocou.

Moção para a Univali e a Unisul. Só tem moção em audiência pública se tiver consenso, senão não tem como aprovar, porque audiência pública é democrática, com diferentes posições. Se tem diferentes posições, não posso deliberar aqui como coordenador da mesa o que não for de consenso.

É consenso encaminhar uma moção à direção da Unisul e da Univali para que promovam o processo democrático de escolha de seus reitores? Se houver consenso, a mesa encaminha. *(Pausa.)*

Como não é consenso, não tem como, não é, deputado Andrino? Enquanto Comissão não é o espaço deliberativo, não...

Deputado Grandó, deputado Andrino, deputado Elizeu, tem entendimento dessa forma? *(Pausa.)*

Então, não tendo consenso, a gente não encaminha, porque não é a instância deliberativa, é democrática, e democrática no sentido de ouvir as diferentes posições aqui.

Não havendo consenso, fica manifestada essa moção, e acho que todas as entidades têm que continuar fazendo; se é que apresentou, tem que continuar fazendo, até porque eu, na essência, defendo também a democracia.

Outro encaminhamento que temos aqui é uma posição de não privatizar a Uniplac.

É consenso? *(A plenária manifesta-se favorável.)*

É isso, presidente da Acafe? Tem mais algum encaminhamento?

O SR. PAULO IVO KOEHTOPP - Deputado Uczai, na minha fala eu fiz e penso que é consenso: prestação de contas públicas de todas as instituições do Sistema Acafe. Isso não é feito hoje. Então, que esta audiência encaminhe no sentido de que todas as instituições do Sistema Acafe têm que fazer prestação de contas públicas de todas as verbas que recebem.

[Manifestação de participantes da platéia indagando quais as instituições que não fazem essa prestação de contas.]

A Univali e a Unisul não fazem essa prestação de contas. Não fazem, tenho certeza de que não fazem.

[Manifestação de participantes da platéia contrários à afirmação.]

Se é feito, então está feito!

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - O presidente da Acafe diz que essa prestação de contas já é hoje... Então, se por acaso tem alguma que não está fazendo, que faça.

É isso? *(Pausa.)*

Temos consenso.

O Laske, secretário executivo, concorda. Então temos consenso.

Tem mais um encaminhamento, do Carlos Eduardo, da Udesc.

O SR. CARLOS EDUARDO - Eu acho importante que saia daqui uma moção para o Ministério da Educação colocando a preocupação que passa hoje o Sistema Acafe em relação ao problema financeiro, sabendo e concordando com todos os problemas que também existem no Sistema Acafe, de democracia, de falta, muitas vezes, prestação de contas...

Também já fui estudante do Sistema Acafe, concordo com tudo que foi falado, mas acho que pela debilidade momentânea que passa o Sistema é preciso ter uma moção, um encaminhamento ao Ministério da Educação para estar junto, tentando, de certa forma, corresponder aos anseios da comunidade acadêmica, principalmente dos estudantes de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Tem consenso? *(Pausa.)*

Tem consenso.

Então, no sentido de que o Ministério da Educação possa acompanhar a trajetória das instituições comunitárias, que tenha um papel ativo na construção de alternativas e de apoio ao Sistema Acafe e às universidades comunitárias - acho que nas instituições comunitárias e não somente na Acafe, porque tem do Rio Grande do Sul com a mesma característica.

Com a palavra o deputado Elizeu Mattos, para encaminhamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL ELIZEU MATTOS (SC) - Senhor presidente, acho que a questão crucial é o contato com o governo federal, o reconhecimento das universidades comunitárias como públicas, primeiro de tudo.

Esse reconhecimento já resolve 80% da nossa Uniplac, que hoje está com recursos bloqueados no imposto de renda.

Para o Estado de Santa Catarina, o Sistema Acafe é reconhecido como público, mas em nível federal não há esse reconhecimento. Por isso, temos que tirar um encaminhamento desta audiência ao ministro da Educação no sentido de que as universidades comunitárias têm que ter o reconhecimento público ou vão fechar as suas portas. Esse é o primeiro passo. Porque esse recurso que está sendo retido, que tem que recolher, do imposto de renda, se ela é pública deixa de recolher.

Acho que é um encaminhamento mais simples, acho que há a concordância de todos e resolve 80% dos problemas da nossa Uniplac, resolve o problema de todas as outras universidades comunitárias.

Precisamos dar um passo nesta audiência pública, senão vamos falar de ideologia a, b ou c e não vamos ter um encaminhamento claro.

Eu pergunto a todos o se há entendimento de fazermos o seguinte encaminhamento: em audiência pública realizada em Lages com as universidades comunitárias a Assembléia Legislativa, por decisão de todos, vem à presença do presidente Lula e do ministro da Educação solicitar o reconhecimento como entidade pública. Ponto final. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Tem divergências. Não tem consenso, porque tem outras posições que defendem a municipalização, que é a estatização, a federalização e a atualização.

O SR. CARLOS EDUARDO - Como aqui já teve divergências, eu também tenho direito. Acho que é preciso, primeiro, uma conversa, através desta audiência, para ter aprofundamentos em relação ao tema.

Eu, particularmente, se for nessa linha, quero que esteja que a democracia vai se valer nas universidades fundacionais, porque sempre se fala, sempre se discute, sempre se aprova, artigo 170 cria regulamento e tal e nunca tem democracia.

Eu defendo o Sistema Acafe. Em relação às privadas, prefiro o Sistema Acafe. Agora, o Sistema Acafe, para a comunidade acadêmica, que sofre, inclusive, com o próprio sistema, tem que saber valer que é preciso, sim, democracia para não ter mais esses problemas como estamos tendo aqui com os professores na Uniplac.

Então, eu sou divergente quando não se coloca nos termos legais do regulamento jurídico, o marco jurídico, a democratização desse sistema.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Nós não vamos resolver esse problema aqui, mas não precisamos resolver aqui.

A sua ansiedade, deputado Elizeu, acho que é extremamente legítima. A sua posição manifesta que pode virar e ter uma maioria com essa sua posição aqui, que é alterar o marco jurídico, a natureza jurídica dessas instituições, mas aqui na audiência pública, do que jeito que está ninguém aceita mais. Mas caminhou em duas direções essa nova natureza jurídica: de direito público ou de direito privado. A proposta da Unisc não é de direito público, é de direito privado. Então, não tem uma solução aqui ainda neste plenário, porque elas são públicas de direito privado de caráter comunitário, com essas

características que o João Pedro explicitou aqui. A outra é de direito público (está aqui o procurador da República, que pode nos ajudar), que é, por exemplo, se municipalizar a Uniplac, como a Furb, ela é de direito público, não é de direito privado, e como manifestações aqui democráticas também caminham nessa direção, não podemos anular da audiência pública essa tese, mesmo que fosse minoria aqui nesta audiência.

Eu me fiz entender? Então, não é a instância deliberativa, porque essa que é minoria hoje poderá ser maioria amanhã e o que é maioria hoje poderá ser minoria amanhã, ou unanimidade. Então, o papel da audiência pública... Por isso que foi defendido aqui que tem que continuar esse debate, essa discussão. Tem vários reitores aqui, dirigentes de tantas outras universidades. Se há o entendimento de que a Comissão de Educação continue esse debate, se há consenso aqui, vamos continuar - vou conversar com os demais deputados. Estão aqui os deputados Grando, Elizeu e Andriano.

Nós, da Comissão, estamos extremamente abertos para mediar esse debate. Nós, deputados, podemos manifestar a nossa posição pessoal, mas não deliberamos aqui.

Não sei se ficou claro. Às vezes, a gente fica ansioso porque quer uma posição fechada, mas justamente a democracia para avançar esse movimento no interior das universidades comunitárias é deixar abertas essas possibilidades que estão em debate para que uma vire hegemônica. Que seja a lei federal tornando pública a comunitária, pode ser essa a hegemônica - está aí a Clarissa, da UCE, que manifestou a posição do movimento estudantil e que defende a necessidade.

Então esta não pode ser vista como a audiência dos reitores da Acafe, dos estudantes, dos professores ou dos deputados, mas uma audiência pública aberta e democrática de quem tem maioria vai construindo e fortalecendo essas maiorias. A senadora Ideli, os deputados federais e estaduais vão acompanhar - e acho que importante colocar ao Fórum Parlamentar catarinense, aos três senadores e aos 16 deputados federais, uma agenda desse documento, dessa lei aqui em Santa Catarina, bem como no Rio Grande do Sul para promover esse debate.

Acho extremamente legítimo o jeito como a Uniplac está construindo. Não tenho autoridade para dizer que a maneira que a Uniplac está conduzindo não é legítima. É extremamente legítima e, quem sabe, necessária.

O SR. GERALDO BARBOSA - Deputado Pedro Uczai...

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Para encaminhamento, rapidamente, porque nós esgotamos o tempo, e aí eu vou desrespeitar o próprio acordo democrático que fizemos neste plenário.

O SR. GERALDO BARBOSA - É bem rápido, deputado.

Tem todo sentido a proposta do deputado Elizeu, assim como a preocupação do nosso colega lá. Penso que é perfeitamente possível um consenso. Se não for, que se deixe em aberto.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Não tem consenso.

O SR. GERALDO BARBOSA - E o consenso é o seguinte: esta audiência pública encaminha para a Assembléia Legislativa a posição de considerar todas as instituições de ensino superior que hoje formam o Sistema Acafe como instituições de ensino superior públicas, garantida a autonomia e a democracia universitária. O resto, a gente discute no caminho.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Tem consenso? (Pausa.)

Acho que essa regra é geral, não vejo problemas maiores.

É, Geraldo, você, o mais radical, conseguiu construir o consenso aqui no final da nossa audiência pública! (Risos.) Radical no sentido da radicalidade das posições.

Mais algum encaminhamento?

A SRA. ZILMA IZABEL PEIXER - É só uma dúvida. Não entendi se a proposta do deputado Andriano (pelo menos eu entendi que era uma proposta) com relação a uma emenda parlamentar da bancada de Santa Catarina para apoio à Uniplac... Eu não vi contemplado, não entendi se já foi aprovado ou se é uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Vamos tornar público isso aqui. O Andriano comentou que havia um compromisso. A senadora ligou antes de começar a audiência e o Colombo e o Coruja não vão se omitir, pelo contrário, vão apoiar, e nós...

Quer falar, deputado Andriano?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL EDISON ANDRINO (SC) - Eu só gostaria que a proposta aqui lembrada pela professora... Que esse documento fosse encaminhado para a bancada individualmente. Além de encaminhar para a coordenadora do Fórum, que é a senadora Ideli Salvatti, que fosse também individualmente para cada deputado federal e senador de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL ELIZEU MATOS (SC) - Senhor presidente, na audiência do Fórum Parlamentar catarinense aqui na região, discutindo o Orçamento da União, duas prioridades foram levantadas por nós aqui (eu fui de metido): recursos para a Uniplac e recursos para a Udesc.

Essas foram as prioridades levantadas por toda a bancada federal e senadores e nós, que estávamos aqui: recursos para a Udesc, melhoria, extensão, aumento de cursos para Udesc e Uniplac. Essas foram as prioridades tiradas na audiência de sexta-feira passada.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Então fechou, porque a senadora também disse que o compromisso que foi definido aqui... Então esta audiência referenda a decisão, apóia a decisão e reafirma... Os deputados federais e os três senadores têm poder de decidir quinze emendas coletivas. Das quinze, cada senador tem uma e as outras doze, do Estado de Santa Catarina todo, vão virar doze emendas coletivas.

Por isso, Andriano e Elizeu, nós temos que fazer força, além da Uniplac e da região de Lages, para contemplar a emenda da Uniplac e Udesc. Porque como vão ser votadas só doze emendas coletivas, caso não forem contempladas nas doze, o que tem que fazer é consórcio de emenda (o deputado Edison Andriano tem experiência), agora o governo está permitindo. Por exemplo, o Coruja, o Colombo, a senadora Ideli e mais algum deputado federal que queira utilizar a emenda parlamentar individual, e dos senadores, podem contemplar uma emenda maior nesse pequeno coletivo. Então, são regras que poderão ser permitidas para o próximo ano. A proposta apresentada aqui vai ter votação dos três senadores e dos dezesseis deputados federais. Poderá ou não ser contemplada, porque são só doze.

(O senhor deputado estadual Eliseu Mattos manifesta-se fora do microfone: "É uma coletiva.")

O SR. DEPUTADO ESTADUAL EDISON ANDRINO (SC) - Mas pode ser uma coletiva só. Aí divide...

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Claro, é essa a idéia. Mas nós temos que conseguir fazer, das doze coletivas de todo o Estado de Santa Catarina, que uma seja essa da Uniplac, Udesc. Senão a gente fica achando que só o que foi definido na sexta-feira passada já está automaticamente. Mas não está, tem que pressionar.

Nós, deputados Edison Andriano, Grando e Elizeu poderíamos assinar um requerimento para votar na Assembléia Legislativa, na próxima terça-feira, que seja contemplada essa emenda que foi definida aqui. Temos que reforçar, porque senão não virá. É bafo no cangote dos deputados federais e senadores, assim como acontece com a gente, quando temos responsabilidade. É uma expressão popular, mas na política é assim que funciona.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL EDISON ANDRINO (SC) - Senhor presidente, na época eram dez prioridades. E colocar o Aquífero Guarani, que a Uniplac encabeçava, ninguém queria. Levei dois professores da Universidade Federal de Santa Catarina e um representante aqui da Uniplac para fazer uma explanação para os deputados e senadores (inclusive estava presente a deputada Luci, que coordenava o Fórum naquela oportunidade) da importância da água para Santa Catarina - estávamos passando por um processo de seca no oeste de Santa Catarina -, e sensibilizamos os deputados.

Nós podemos ir a Brasília e marcar uma reunião com o Fórum para sensibilizar os deputados e senadores de que neste momento essas duas universidades merecem. É bem verdade que é uma medida paliativa, mas é emergencial, merece uma emenda coletiva do Estado de Santa Catarina.

Então, na hora em que tiver a reunião do Fórum para discutir as emendas, podemos ir a Brasília (V.Exa. pode encabeçar) junto com os reitores para pedir uma emenda coletiva - tenho quase certeza de que haveremos de conseguir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Pedro Uczai) - Muito bom!

Pode ser esse encaminhamento? (Palmas.)

Então, fechamos um pouco os encaminhamentos.

Em nome da Assembléia Legislativa, da Comissão de Educação, dos deputados Elizeu, Andrino e Grandó, quero agradecer a presença de todos vocês.

Muito obrigado ao João Pedro, da Unisc, do Rio Grande do Sul; ao presidente da Acafe; a todos os reitores que pacientemente estiveram conosco nesta tarde; aos representantes das universidades, da Prefeitura de Lages, do governo do Estado, das associações de professores, do Comitê Pró-Federalização da Furb, da UCE, do Judiciário, da Procuradoria da República; aos professores, estudantes e pesquisadores da Uniplac.

Nossa solidariedade à Uniplac, Gilberto. Busquem a solução e ela virá. Nós acreditamos que a educação superior é um direito, é responsabilidade do Estado e vamos buscar esse direito na luta cotidiana.

Quando propus e deixei de ser pró-reitor do Sistema Acafe lá da Unochapecó, que era Unoesc na época, eu disse que filho de agricultor e filho de trabalhador tinham direito de estudar. A minha maior dor era ver pai e mãe entrarem em meu gabinete dizendo que seu filho ia deixar de estudar. Quando propomos o artigo 170 um monte de gente nos chamou de louco, diziam que nunca íamos aprovar um projeto em Santa Catarina (único do País, João Pedro!) permitindo trinta e poucos milhões por ano em bolsa de estudo, podendo chegar a cinquenta e cinco milhões. E está aí: 155 mil jovens já tiveram acesso a bolsas de estudo.

Há poucos dias, em Laguna, um operário disse o seguinte: "Vim aqui porque soube que estavas aqui. Quero te dizer que ganho R\$ 515,00 e a minha filha está se formando na universidade, na Unisul, graças à bolsa do artigo 170." Só por isso vale eu ser deputado estadual.

Quero dizer aos reitores, aos professores, aos estudantes e a todos aqui o seguinte: com todas as contradições que tem o sistema comunitário, com todas as críticas que tem, ele é público, não distribui patrimônio, não distribui lucro - o Gilberto vai deixar de ser reitor e não vai levar nem a cadeia.

Vamos fazer cada vez melhor, vamos fazer cada vez mais democrático, vamos fazer cada vez mais com qualidade, vamos construir essas instituições e vamos nos orgulhar de pertencer a elas. Vamos construir a defesa delas, não vamos deixar que as destruam, não vamos deixar que qualquer um discorde na imprensa nacional, um irresponsável, como aquele citado pelo deputado Andrino, que disse: "os malas que vieram aqui"... Perguntem a ele quanto temos lutado para manter essas instituições de pé. O "mala" do articulista reconhece que esta audiência pública vai trazer a solução para a Uniplac e muitas soluções para todo o sistema comunitário, ou federalizando, ou estadualizando, ou municipalizando, ou tornando pública não estatal. E gratuita. Vou vê-las gratuitas, federalizadas, estadualizadas ou municipalizadas, comunitária pública.

Este é o sonho e vamos construir. O governo tem que botar em prática o artigo 171. E é possível. São R\$ 50 milhões a mais!

Reitores, professores, todos vocês que participam desse movimento, bafo no cangote, luta e mobilização! Essas instituições têm futuro, porque são milhares de jovens que têm direito de estudar. Vamos garantir a eles o direito de estudar; vamos garantir que professores e funcionários trabalhem dignamente, com qualidade de vida. Esse é o futuro das instituições do ensino superior. Filho de trabalhador, filho de agricultor, filho de microempresário tem direito de estudar. A melhor herança que vou deixar para o meu moleque, que tem 17 anos, é uma boa universidade. O resto ele vai correr atrás. Não estou preocupado em deixar casa, carro, patrimônio. Ele vai ter uma boa universidade e o resto vai correr atrás.

Essa é a melhor herança que podemos deixar para os nossos filhos. Todos nós temos essa responsabilidade ética, moral e política.

A nossa Comissão se orgulha de ter vindo hoje aqui na Uniplac. O articulista vai receber os nossos encaminhamentos e, com certeza, vamos mostrar que a Uniplac está viva, vai continuar vivendo, vai sair muito mais forte dessa crise, assim como numa crise pessoal saímos muito mais homem e mais mulher. Essa instituição vai sair dessa crise mais forte, mais engajada no desenvolvimento regional.

Um grande abraço a todos vocês. (Palmas.)

(Encerra-se a audiência pública.)

DEPUTADO PEDRO UCZAI

PRESIDENTE

*** X X X ***

EXTRATOS

Extrato N.º 232/2008

REFERENTE: Dispensa de Licitação CL n.º 004/2008, celebrado em 29/12/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
OBJETO: Aquisição de equipamentos de materiais e produtos destinados às vítimas das enxurradas que abalaram o Estado de Santa Catarina, objeto do Convênio 006/2008, celebrado com o Departamento Estadual da Defesa Civil.

VALOR GLOBAL: R\$ 517.907,38.

MEDEIROS E HERZMANN LTDA - R\$ 76.680,00;

COMÉRCIO DE TECIDOS COELHO LTDA - R\$ 1.455,00;

HR COMÉRCIO DE COLCHÕES LTDA. - ME - R\$ 8.415,00;

ION INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA - 24.000,00;

MARÉ MANSA COLCHÕES LTDA - R\$ 8.420,00;

FLORIPA SURF CONFECÇÕES LTDA. - EPP - R\$ 6.076,00;

CHUMBOPESCA IND. COM. DE CHUMBO E PESCA LTDA. - R\$ 6.785,00;

JEFEX IND. E COM. EQUIP. DE SEGURANÇA LTDA. - R\$ 15.900,00;

MORMAI IND. COM. IMP. EXP. DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA. - R\$ 4.649,58;

DRJ RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA. - R\$ 44.896,80;

ARTEMIL COMERCIAL TODA. - R\$ 7.950,00;

FORÇA DELTA COM. EQUIP. MILITARES LTDA. - R\$ 74.160,00;

STEMAC S.A. GRUPOS GERADORES - R\$ 196.600,00;

AGRALE LTDA - R\$ 41.920,00.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação: 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais). Sub-Elementos: 4.4.90.52.20 (embarcações);

4.4.90.52.48 (veículos diversos);

3.3.90.30.20 (material de cama, mesa e banho);

3.3.90.30.28 (material de proteção e segurança);

4.4.90.52.06 (aparelhos e equipamentos de comunicação);

3.3.90.30.27 (material de manobra e patrulhamento);

4.4.90.52.24 (equipamento de proteção, segurança e socorro);

4.4.90.52.30 (máquinas e equipamentos energéticos).

• FUNDAMENTO LEGAL: Autorização para Processos Licitatórios nº 105/2008, 106/2008, 107/2008, 108/2008, 109/2008 e 111/2008; Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93; e Autorização Administrativa.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

*** X X X ***

Extrato N.º 010/2009

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação CL n.º 001/2009 celebrado em 13/01/09.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Maria Elisa Zumblick Gelosa (CPF: 4866149989-53)

OBJETO: Aquisição do quadro "**Bandeira do Divino**" do artista Willy Zumblick para valorizar o acervo artístico da ALESC.

VALOR GLOBAL: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.52.44 (Obras de Arte e Peças para Museu) do Orçamento da ALESC.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, inciso XV da Lei nº 8.666/93;

Processo Licitatório nº 0104/2008;

Autorização Administrativa.

Florianópolis, 14 de janeiro de 2009.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

*** X X X ***

Extrato N.º 011/2009

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação CL n.º 002/2009 celebrado em 13/01/09.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE Florianópolis (CNPJ 83.933.192/0001-16).

OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço físico na XXII Feira da Esperança que será realizada junto ao Centro Sul - Florianópolis - período 30 de abril a 03 de maio do corrente ano.

VALOR GLOBAL: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)

VIGÊNCIA: 30/04 a 03/05/08

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica) do Orçamento da ALESC.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 001/2009.

Florianópolis, 14 de janeiro de 2009.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

*** X X X ***

Extrato N.º 012/2009

REFERENTE: Inexigibilidade de Licitação CL n.º 003/2009 celebrado em 13/01/09.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Associação Catarinense dos Advogados Públicos (CNPJ: 09.589.48/0001-42)

OBJETO: Aquisição de 01 (uma) cota de Participação no 1º Congresso Brasileiro de Advogados Públicos que acontecerá na cidade de Florianópolis no dia 20 de março de 2009, onde serão realizadas palestras, exposição de painéis e debates acerca da advocacia pública. Terá âmbito nacional, cunho acadêmico e inscrições gratuitas, dando aos advogados do Poder Legislativo, assim como aos demais Poderes e aos estudantes de direito, oportunidade de aperfeiçoamento, de uniformizar os atendimentos e padronizar procedimentos destinados a orientar aos processos das demandas judiciais. Busca ainda aprimorar os serviços prestados através dos advogados públicos com base na troca de informações e relatos de experiências bem sucedidas, tanto do direito como de outras áreas afins. Trata-se de uma oportunidade única que permitirá a participação de profissionais da área jurídica da ALESC no aprimoramento e no desempenho de suas funções, esperando-se uma saudável troca de experiências entre os profissionais que participarão dos painéis, debates e palestras. Além de contribuir para a viabilização do evento, a cota adquirida se presta à divulgação da Assembléia Legislativa, contribuindo para a consecução de seus fins institucionais, inclusive com a participação direta da Procuradoria Jurídica e Consultoria Legislativa que indicarão os seus respectivos palestrantes.

VALOR GLOBAL: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 13, inciso VI e art. 25 da Lei n.º 8.666/93; Processo Licitatório n.º 002/2009;

Autorização Administrativa.

Florianópolis, 14 de janeiro de 2009.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

*** X X X ***

Extrato N.º 013/2009

REFERENTE: Contrato CL n.º 008/2009 celebrado em 13/01/2009.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: GPL Construções e Consultoria Ltda. (CNPJ: 09.402.410/0001-33)

OBJETO: Reforma do Gabinete da Vice-Presidência e do Gabinete do Deputado Silvio Dreveck constituindo-se no fornecimento e instalação de luminárias; fornecimento e instalação de piso laminado de madeira, incluindo os acabamentos necessários; fornecimento e colocação de gesso acartonado; substituição de forro e fornecimento dos materiais necessários; substituição de piso biodegradável, incluindo a retirada e colocação de divisórias; instalação da rede elétrica e lógica, incluindo o fornecimento dos materiais necessários; recolhimento e destinação dos entulhos e prestação de serviços de mão-de-obra especializada, de acordo com as demais especificações constantes do Edital, seus anexos e com as condições constantes na proposta formulada pela CONTRATADA

VALOR GLOBAL: R\$ 109.300,00 (cento e nove mil e trezentos reais).

VIGÊNCIA: Dá-se ao presente contrato a vigência compreendida entre a sua assinatura e o recebimento definitivo do objeto, remanescendo seus efeitos até o decurso do prazo de sua garantia que será de 05 (cinco) anos.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Pregão Presencial n.º 052/2008 e Autorização para os Processos Licitatórios N.ºs. 0112/2008 e 0113/2008, parte integrante do instrumento legal, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

Florianópolis, 13 de janeiro de 2009.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

Lourival Dutra - Procurador GPL Construções e Consultoria Ltda.

*** X X X ***

ASSUNTO: RECURSO ADMINISTRATIVO

REFERÊNCIA: PREGÃO N.º 043/2008

OBJETO: Aquisição de solução segura para gestão de processos eletrônicos com biometria, composta de licenças de uso de softwares por prazo indeterminado e hardwares de assinatura biométrica digital manuscrita com repasse tecnológico e prestação de serviços de apoio à atividade de informática, incluindo o fornecimento de mesas gráficas de captura biométrica de assinatura digital manuscrita.

RECORRENTE: Consórcio composto pelas empresas MURAH Technologies - Representações e Serviços Ltda., Sintel Tecnologia e Informação Ltda. e E-Finance Technology Ltda.

RECORRIDO: Consórcio Biometria, composto pelas empresas Neo Way Tecnologia e Negócios Ltda., MMC Consultoria Empresarial Ltda., Módulo Serviços de Informática Ltda., Sytech Technology Engenharia Ltda.

D E S P A C H O

Acolhendo as razões apresentadas pelo Pregoeiro deste Poder Legislativo Hélio Estefano Becker Filho e a equipe de apoio designada pela Portaria n.º 1873/2008, decido conhecer do Recurso interposto pelo Consórcio composto pelas empresas MURAH Technologies - Representações e Serviços Ltda., Sintel Tecnologia e Informação Ltda. e E-Finance Technology Ltda., negando-lhe provimento. Retornem os autos ao Pregoeiro para prosseguimento do certame.

Publique-se e cumpra-se.

Em 14 de janeiro de 2009

DEPUTADO JULIO GARCIA

PRESIDENTE

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 401/08**

Denomina Alfredo Hadlich o Ginásio de Esportes da EEB Pedro Américo, do município de Agrolândia.

Art. 1º Fica denominado Alfredo Hadlich o Ginásio de Esportes da EEB Pedro Américo, do município de Agrolândia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jorginho Mello

Lido no Expediente

Sessão de 30/12/08

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que denomina Alfredo Hadlich o Ginásio de Esportes da EEB Pedro Américo, do município de Agrolândia.

Nascido em 03 de abril de 1902, no município de Indaial, ainda jovem transferiu-se para Trombudo Central, atual município de Agrolândia, onde constituiu família com a sra. Ida Zwicker, uma das fundadoras daquele município.

Exerceu inúmeras atividades que contribuíram para o desenvolvimento e engrandecimento comunitário, sendo de maior importância a Construção da Igreja Evangélica e a contribuição incansável na construção do Hospital Municipal.

Ainda, objetivando a modernização e melhoria da educação e infra-estrutura de seu município, doou várias áreas de terras ao poder público para construção do Colégio Pedro Américo e a pavimentação de ruas, como grande parte da Avenida 25 de Julho.

Assim, nada mais justo que prestarmos homenagem a esse honroso cidadão, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao município Agrolândia.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 402/08

Denomina Victor Will o Ginásio de Esportes da EEB São João, do município de Agrolândia.

Art. 1º Fica denominado Victor Will o Ginásio de Esportes da EEB São João, do município de Agrolândia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jorginho Mello

Lido no Expediente

Sessão de 30/12/08

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo que denomina Victor Will o Ginásio de Esportes da EEB São João, do município de Agrolândia.

Nascido no Ribeirão Mulde, município de Indaial, o sr. Victor Will foi estudar na Escola Isolada Municipal de Ribeirão São João, a época município de Rio do Sul, onde obteve seu certificado de conclusão em 28/11/1940.

Nesta mesma década, juntamente com seu irmão sr. Edgar Will e um amigo o sr. Simon Kitzberger, montaram um conjunto musical intitulado "Serrano", que abrihantava as festas locais.

No ano de 1952, constituiu sua família ao casar-se com a sra. Laura Muller, sendo fruto desta matrimônio o nascimento de seus três filhos, Karin, Suely e Frederico.

Muito cedo iniciou sua vida profissional, chegando a sócio fundador da Empresa Irmãos Will no início da década de 50, destacando-se pelo empreendedorismo comercial, fato que o levou a ser um dos fundadores da Associação Comercial de Agrolândia.

Ainda, demonstrou seu espírito esportivo com a participação como sócio do Esporte Clube Continental, tendo presidido este durante muitos anos.

Assim, nada mais justo que prestarmos homenagem a esse honroso cidadão, que durante seus oitenta e um anos realizou relevantes serviços ao município Agrolândia.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 046/2008****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 809**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento rural, o projeto de lei complementar que "Altera dispositivos da Lei Complementar nº 204, de 2001, que cria o fundo Estadual de Sanidade Animal".

Florianópolis, 29 de dezembro de 2008

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 30/12/08

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 20/2008 Florianópolis, 29 de dezembro de 2008

Senhor Governador,

Em 8 de janeiro de 2001 foi sancionada a Lei Complementar nº 204, que criou o Fundo Estadual de Sanidade Animal - Fundesa, cujas fontes de recursos são compostas principalmente pelas receitas provenientes do recolhimento da taxa de Vigilância Sanitária Animal e utilizado unicamente nas ações referentes à indenização pelo abate e sacrifício de animais suspeitos ou atingidos por febre aftosa e outras doenças infecto-contagiosas contempladas em programas de controle sanitários do Estado ou em convênios com a União, bem como para suplementar ações relativas à vigilância em saúde animal.

Ressalte-se que na destinação dos recursos arrecadados, foram recolhidos ao Tesouro do Estado R\$ 3,9 milhões, no período compreendido entre julho de 2004 até o momento, por não haver necessidade de indenização de animais acometidos pela febre aftosa.

No entanto, com a catástrofe ambiental ocorrida recentemente em nosso Estado, verificou-se a mortalidade de milhares de cabeças de animais, subtraindo de muitas famílias o seu sustento, quer com a supressão da venda de leite para usinas de beneficiamento, quer pela falta de recursos oriundos quando do abate dos animais ou, também, para suprir de proteínas os seus familiares.

Sabe-se, também, que a maioria dos atingidos são pequenos criadores, que para reporem seus plantéis necessitam de recursos para a aquisição de matrizes e reprodutores, bem como, o período para o retorno das atividades pecuárias é bastante demorado, mormente quando se fala em grandes animais como bovinos e bubalinos.

Por isso, Senhor Governador, a sensibilidade e o apoio governamental devem estar presentes neste momento, como sempre estiveram, para refazer em parte o patrimônio perdido por grande número de criadores catarinenses.

Diante do exposto, e tendo em vista a decretação de estado de calamidade pública e situação de emergência em vários municípios atingidos pela catástrofe, vimos submeter a apreciação de Vossa Excelência a presente minuta de Lei que altera a Lei Complementar nº 204, com vistas a atender e minimizar os prejuízos desses criadores, através da indenização de seus animais de produção, mortos por afogamento ou soterramento em recente catástrofe ambiental ocorrida em Santa Catarina, no valor de R\$ 2,5 milhões.

Atenciosamente,

Antônio Ceron
Secretário de Estado

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 046/2008

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 204, de 2001, que cria o Fundo Estadual de Sanidade Animal.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o *caput* do art. 1º da Lei Complementar nº 204, de 08 de janeiro de 2001, acrescido do inciso IV e dos §§ 1º, 2º e 3º, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica instituído, na Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Fundo Estadual de Sanidade Animal - FUNDESA, cujos recursos serão utilizados nas ações referentes à indenização pelo abate sanitário sacrifício sanitário de animais suspeitos ou atingidos por febre aftosa e outras doenças infecto-contagiosas contempladas em programas de controle sanitário do Estado ou em convênios com a União, bem como para suplementar ações relativas à vigilância em saúde animal, educação sanitária e para indenização de animais de produção, mortos por afogamento ou soterramento, em decorrência de catástrofes ambientais nos municípios do Estado de Santa Catarina declarados em estado de calamidade pública ou situação de emergência, em função do excesso de chuvas e suas consequências, obedecendo aos seguintes parâmetros de aplicação: (NR)

IV - Em até R\$ 2,5 milhões para indenizar criadores que tiveram seus animais de produção mortos, por afogamento ou soterramento, em catástrofe ambiental no ano de 2008 nos municípios do Estado de Santa Catarina declarados em estado de calamidade pública ou situação de emergência, em função do excesso de chuvas e suas consequências.

§ 1º Os recursos financeiros necessários para atender às ações indenizatórias previstas no inciso IV serão provenientes do Tesouro do Estado de Santa Catarina;

§ 2º A indenização dos animais de produção será feita de forma individual, diretamente ao interessado, correspondente a cada animal, sendo calculada pelo valor de mercado de abate;

§ 3º A Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural estabelecerá as normas para o atendimento das indenizações previstas no art. 1º, inciso IV, §§ 1º e 2º."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

*** X X X ***

PROPOSTA DE EMENDA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 007/2008

Altera o art. 51 da Constituição do Estado de Santa Catarina

Art. 1º O art. 51 da Constituição do Estado de Santa Catarina passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 51. Em caso de relevância e urgência, O governador do Estado poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à Assembléia Legislativa.

§ 1º As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 7º e 8º, perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 6º, uma vez por igual período, devendo a Assembléia Legislativa disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes.

§ 2º É vedada a edição de medida provisória sobre matéria que não possa ser objeto de lei delegada.

§ 3º É vedada a reedição, na mesma Sessão Legislativa, de medida provisória não deliberada ou rejeitada pela Assembléia Legislativa.

§ 4º O prazo a que se refere o § 1º contar-se-á da publicação da medida provisória, suspendendo-se durante os período de recesso da Assembléia Legislativa.

§ 5º Se a medida provisória não for apreciada em até quarenta e cinco dias, contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Assembléia Legislativa.

§ 6º Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada na Assembléia Legislativa

§ 7º Não editado o decreto legislativo a que se refere o § 1º até sessenta dias após a rejeição ou perda de eficácia de medida provisória, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante a sua vigência conservar-se-ão por ela regidas

§ 8º aprovado o projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor que seja sancionado ou vetado o projeto."

Art. 2º Esta emenda à Constituição entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Jailson Lima da Silva
Deputado Gelson Merísio
Deputado Jandir Bellini
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Sílvio Dreveck
Deputado Júlio Garcia
Deputado Darci de Matos
Deputado Reno Caramori
Deputado Valmir Comin
Deputado Pedro Baldissera
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Décio Góes
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Pedro Ucaí
Deputado Ana Paula Lima

Lido no Expediente
Sessão de 30/12/08

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência a anexa Proposta de emenda à Constituição do Estado tendente a alterar a atual redação do art. 51 da Constituição Estadual, que disciplina o Instituto das Medidas provisórias, para o fim de adequá-la às regras jurídicas vigentes na Carta Magna introduzidas pela Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001.

Ante o exposto, a fim de compartilhar a redação de ambos os textos constitucionais, acabando de vez a discrepância hoje existente entre eles em relação à matéria em referência, conforme expandido anteriormente, solicito aos nobres Pares a aprovação da presente Proposta de emenda à Constituição.

*** X X X ***